



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI – TRÁFICO DE ARMAS		
EVENTO: Audiência Pública/Reunião Ordinária	Nº: 838/2006	DATA: 7/6/2006
INÍCIO: 14h40min	TÉRMINO: 16h50	DURAÇÃO: 2h10min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h12min	PÁGINAS: 60	QUARTOS: 27

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

RONALDO LÁZARO MEDINA - Auditor Fiscal da Receita Federal. Coordenador-Geral de Administração Aduaneira da Receita Federal.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento. Votação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções inaudíveis.
Há expressão ininteligível.
Há orador não identificado.
A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vamos iniciar em 2 minutos. *(Pausa.)*

Havendo número regimental, dou início à 71ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas.

Coloco a ata da 69ª em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam....

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não. É a da 69ª. Já foi lida.

Coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 70ª reunião.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - É essa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Indago se há a necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Peço a V.Exa. a dispensa da leitura em razão de ter sido a ata divulgada amplamente e com antecipação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agradeço ao Deputado Colbert Martins pelo pedido de dispensa da leitura.

Coloco-a ata em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião foi convocada para ouvir o Sr. Ronaldo Lázaro Medina, Coordenador-Geral de Administração Aduaneira da Secretaria da Receita Federal, e ainda para deliberação de requerimentos.

Quero agradecer à assessoria da Receita Federal, que prontamente atendeu à solicitação da CPI. Vamos convidar o Sr. Ronaldo a sentar-se aqui ao nosso lado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, enquanto o Sr. Ronaldo se acomoda, comunico a V.Exa. e aos demais Deputados que um membro do alto escalão do Primeiro Comando da Capital, criminoso de São Paulo, foi preso



ontem, em Porto Alegre, junto com mais 3 homens, com armamento pesado, carros clonados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Confirmando aquilo que a CPI dizia, que o PCC estava instalado no Sul.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Oséias Cardoso, um português, 56 anos, com uma... Certamente estavam preparando uma operação, foram presos com 2 veículos, fortemente armados, guardavam grande quantidade de munição e submetralhadora calibre 9 mm, além de pistolas. Um caso que revela, mais uma vez, o que vínhamos afirmando, a mais absoluta verdade, a respeito do envolvimento do PCC com ramificações no nosso Estado, o Rio Grande do Sul, Sr. Presidente.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É importante essa colocação do Relator, porque mostra aquilo que a CPI vem denunciando já há um bom tempo: a expansão do PCC por todo o País. E a prova está aí. Eles foram presos lá, como tivemos ações também do PCC no Ceará e no Nordeste. Então, há uma expansão dessa organização criminosa.

Gostaríamos de ouvir agora o Sr. Ronaldo Lázaro Medina acerca de como a Secretaria da Receita Federal vem trabalhando para coibir esse contrabando de armas, como isso está acontecendo, que preparo tem. Vemos, por exemplo, que o uso dos *scanners* ainda é muito restrito e muito pequeno. Eu gostaria de saber em que âmbito, em que locais são usados esses *scanners*, para termos uma idéia, então, de como está esse trabalho.

Com a palavra o Sr. Ronaldo Lázaro Medina.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Muito obrigado, Sr. Presidente. A Secretaria da Receita Federal se sente honrada de poder comparecer a esta Comissão e prestar os esclarecimentos e contribuir para o conhecimento dessa matéria e o debate das difíceis questões que rondam o problema da violência no Brasil, em particular o tráfico de armas, que é objeto de análise e de investigação por esta Comissão.

Vou falar aqui, e tentar ser breve, na descrição do modo como a Receita Federal vem trabalhando na área de controle aduaneiro, que é exatamente a que tem ligação com essa questão de armas. A Receita Federal, a par de ser a administração tributária em âmbito federal, também exerce a função de autoridade



aduaneira no Brasil. A ela está acometido o controle alfandegário das mercadorias que entram e saem do País. Esse controle alfandegário tem fundamentalmente 3, ou melhor, 2 objetivos principais: a verificação do cumprimento da legislação tributária afeta ao comércio exterior e a verificação do cumprimento da legislação administrativa que se relaciona às mercadorias.

Por legislação administrativa, entendemos todos os controles que o Estado exerce sobre mercadorias no comércio exterior. Uma mercadoria, além de pagar impostos para entrar no País, está sujeita a regulamentação diversa, diversos diplomas legais que estão a serviço de interesses na área de saúde pública, na área de agricultura, na área de meio ambiente, segurança pública, entre outros. A Receita Federal não é o órgão especialista no controle de mercadoria sujeita à verificação sob a ótica do meio ambiente, sob a ótica da saúde pública, mas ela exerce um controle universal e, digamos, preparatório ou precursor dos controles que são exercidos pelas demais autoridades especialistas no âmbito do Governo Federal. Então, a Receita Federal, no seu trabalho, no controle aduaneiro, aplica a legislação tributária diretamente e define ou reconhece os tratamentos administrativos que devem ser aplicados sobre as mercadorias e as disponibiliza para as autoridades de controle especializado, quando assim for necessário. Dentre as mercadorias que estão sujeitas a um controle especializado estão a importação ou a exportação, ou seja, o comércio exterior de armas e munições, explosivos, enfim. Esse tipo de mercadoria, para entrar ou sair do Brasil, sofre um controle prévio do Ministério da Defesa, especialmente do Exército brasileiro. O Exército brasileiro é a autoridade que anui, que autoriza as importações de armas, explosivos e munições e também as exportações. Antes de haver o despacho aduaneiro propriamente dito, ou seja, antes de a mercadoria ser apresentada para a Secretaria da Receita Federal, a importação de armas está sujeita a um registro prévio de licença no Sistema Integrado de Comércio Exterior — SISCOMEX para a devida anuência do Exército brasileiro. Antes disso, a Secretaria da Receita Federal sequer intervém nesse procedimento. A atuação da Receita Federal, portanto, é nesse caso posterior à atuação do órgão especializado, o Ministério do Exército. E uma vez estando autorizada a importação, normalmente elas o são apenas após uma conferência física realizada pelos funcionários, pelos servidores do Ministério do Exército. Normalmente são os militares que fazem essa conferência... E, após essa



autorização é que admitimos, então, o registro da declaração de importação, e aí a Receita Federal se atém ao controle tributário das mercadorias, tendo em conta que o controle especializado já foi cumprido. O problema, digamos, os problemas ocorrem quando as mercadorias não se submetem, não são submetidas aos controles administrativos a que devem ser submetidas. Ou seja, no caso das entradas, dos ingressos clandestinos das mercadorias. Então, nesse tocante, quer dizer, nós temos centenas, dezenas de casos, centenas de casos ao longo da história de ocorrências em que a Receita Federal flagra a entrada irregular de armas, munições que não foram submetidas à devida anuência junto ao Ministério do Exército. Nesse caso, esses tipos de mercadorias são apreendidas pela Receita Federal e são, por força da legislação em vigor, encaminhadas ao Ministério do Exército, que lhes dará uma destinação, que pode ser a simples destruição dessas mercadorias, como pode ser também a utilização pelas próprias Forças Armadas. Então, nessa área de armas, digamos, essa é, em grandes linhas, a atuação que a Receita exerce. Atuamos tanto no despacho de mercadorias nos portos e aeroportos, pontos de fronteira, como também no controle de entrada e saída de pessoas no tocante à bagagem dos passageiros, à bagagem de pessoas que entram e saem do País. A grande maioria das apreensões ocorre exatamente em casos relacionados a pessoas que estão entrando no País, ou já entraram e não fizeram a sua... não se submeteram aos controles da Receita Federal, seja nos pontos autorizados para essa entrada, os chamados pontos alfandegados, seja em pontos não alfandegados, ou seja, entrada clandestina no País, ou seja, entrada por pontos não autorizados.

O País tem uma larga fronteira, todos conhecem. E nessa fronteira há muitos pontos, há muitos locais em que há rodovias, há estradas que atravessam nosso País e outros países sem nenhuma presença do Estado. Estamos falando especialmente da fronteira oeste do Brasil. Então, nós temos uma fronteira extensa, vazada, e há entrada de pessoas nessas fronteiras. E a nossa atuação, como ela é concentrada nos pontos alfandegados, está certo, a nossa atuação nesse caso se dá normalmente *a posteriori*, dá-se em vigilância e em operação de repressão aduaneira no interior do País, em rodovias, enfim, principalmente nas rodovias e estradas, estradas vicinais, enfim, nas mediações das regiões fronteiriças. Esse é



em essência o trabalho que a Receita Federal executa em todo o País. E vou ficar à disposição das perguntas. Elas permitirão detalhar mais eventuais aspectos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Dr. Ronaldo, o senhor tem algum levantamento, por exemplo, das apreensões de armas e de munição realizadas pela Receita Federal nesse último período?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Perfeitamente. Eu trouxe aqui, Deputados, um relatório. Nós temos aqui um sistema informatizado que registra essas apreensões. Peguei um relatório do ano de 2000, do ano de 2000 para cá, 2000 a maio de 2006. De janeiro de 2000 a maio de 2006, temos a apreensão de 9.829 armas de fogo no País, mais 12.737 armas de pressão, de gás, mais 554.877 cartuchos, ou seja, meio milhão de cartuchos, mais 11.106 armas brancas. Tem alguns aspectos nesse relatório que eu só somei aqui àquilo que estava em unidade, porque em algumas apreensões foram apreensões de maço de armas. Então, fica difícil. Por exemplo: 284 maços de armas. Então, foram apreendidas armas em saco — são 4 sacos de armas. Eu não somei essa parte. Só somei o que exatamente estava registrado como unidades de arma. Então, temos aqui mais de 22 mil armas apreendidas pela Receita Federal de janeiro de 2000 a maio de 2006. Eu passo às suas mãos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual é o lugar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quem é campeão de apreensão?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - O campeão de apreensão, parece-me — eu tenho aqui também essas unidades —, é exatamente a delegacia de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná. Deixe eu ver aqui. Muito embora cartuchos talvez seja o Porto de Santos. Estou aqui com uma apreensão em torno de 174 mil cartuchos só no Porto de Santos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vêm em contêineres, é?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Isso, às vezes vêm contêineres. Exatamente. Pode vir de várias maneiras, mas... Eu tenho aqui: Foz do Iguaçu eu acho que realmente é a unidade em que temos o maior volume de apreensões. Pelo menos, não em cartuchos, mas em armas: 2.450 armas só em Foz do Iguaçu. Cartuchos é um número menor que Santos. Temos aqui na faixa de 60 mil cartuchos. Está certo, então? Mas eu tenho aqui praticamente todas as unidades



importantes da Receita Federal que têm registro de apreensão de armas nos últimos..., de 2000 para cá, pelo menos. O.k.? Temos o Porto de Santos, aeroportos, enfim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Como é que funciona, para eu entender, como é que funciona... Queria que o senhor me desse 2 descrições, assim, de como funciona o procedimento em Santos e em Foz do Iguaçu. Como é que funciona o trabalho de fiscalização que possa eventualmente detectar armas ou munições numa determinada carga, num veículo. Como é que funciona isso para eu entender, doutor?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Perfeitamente. Então vamos lá. O grande instrumento de combate ao contrabando e descaminho, de uma maneira geral, e também se aplica às armas, é o que chamamos na Receita Federal de análise de risco. Normalmente... No caso de Foz do Iguaçu, uma situação à parte. Nos demais portos e aeroportos, as cargas chegam encomendadas, as cargas são encomendadas. O grande instrumento de combate ao ilícito no comércio exterior, pela Receita Federal, é o que chamamos de análise de risco. Análise de risco se inicia, em primeiro lugar, pela análise do próprio operador do comércio exterior envolvido na operação, especialmente o importador.

Diz o seguinte: 90% das ocorrências de fraude, de ilícitos no comércio exterior ocorrem por empresas de fachada, têm características de empresa de fachada. Com base nesse conhecimento, nós, desde 2002... A Receita Federal vem desenvolvendo toda uma sistemática de controle de operadores no comércio exterior e inicia pela própria habilitação do importador ou exportador para operar no comércio exterior. Esse procedimento é regulado atualmente pela Instrução Normativa 650. Com ele nós expulsamos mais de 2 mil empresas que tinham características de empresa de fachada, evitamos o registro... Até o início de maio deste ano, 1.260 empresas tiveram seus pedidos de habilitação indeferidos, exatamente por terem características de empresas de fachada. Então, esse é o primeiro grande instrumento que a Receita Federal detém: é análise de risco sobre os operadores do comércio exterior. Nós não temos caso, Deputado, de empresas regulares, empresas conhecidas, fazendo ilícitos dessa ordem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Isso no caso é mais para porto?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - E aeroporto.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Foz do Iguaçu é uma outra situação?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Exatamente. Então, nós usamos, em primeiro lugar, a análise de risco, que chamamos subjetiva. Quem é o operador? Quem é essa pessoa? Todos os novos operadores são sujeitos ao que chamamos canal vermelho de conferência; 100% das suas cargas são submetidas a verificação física, por um período de quarentena que eu não revelo. Esse período não é fixo. Se a empresa passar 6 meses ou 1 ano sem nenhuma operação, quando ela iniciar vai estar automaticamente no canal vermelho. Ele tem um número mínimo de operações no canal vermelho para cumprir. Esse é o período de quarentena. A característica das empresas que fraudam é fazer 2, 3, 4 operações e desaparecer. Então, a Receita Federal, já de há muito, além de fazer o controle prévio na entrada, todas as empresas novas são submetidas a uma verificação 100%, canal vermelho. Esse é o primeiro aspecto. Na conferência física, também fazemos uma análise de risco objetiva, que é a rota e o tipo de mercadoria declarada e a quantidade. Há determinadas situações, Deputado, que pela quantidade e pela rota é perfeitamente possível suspeitar que as mercadorias declaradas não sejam aquelas. A rota é longa, o custo da mercadoria às vezes é muito alto, para se trazer uma grande ou pequena quantidade, dependendo do caso, e isso nos chama a atenção. Quer dizer, nós temos toda uma análise em cima, que existe uma série de indicadores de risco que são combinados. E quando estamos diante de operadores novos, isso nos chama mais a atenção. Bom, o resultado de todo esse trabalho que vem sendo feito, Deputado, surtiu grandes efeitos, especialmente nos anos 2002, 2003, até 2004. Com isso, nós verificamos uma mudança de *modus operandi* dos fraudadores. O que temos hoje são muitas cargas não manifestadas para o Brasil; elas estão dentro de navios, chegam em navios, mas com destino manifestado para outros países, em trânsito, como para o Panamá, Montevideu, Buenos Aires. Enfim, a carga está em passagem no Brasil, dentro do navio, mas não manifestada para cá. Então, nós passamos a desenvolver também uma análise de risco em cima de cargas de navio, a entrar dentro dos navios, que é uma das atribuições nossas a fiscalização a bordo, e verificar aqueles contêineres que nós suspeitamos, por uma série de informações e de análise de risco, que possam conter mercadorias ilícitas. A grande maioria dos casos, Deputado, não são armas, felizmente; a grande maioria dos casos são mercadorias pirateadas. Nós temos toneladas e toneladas de mercadorias piratas



que são apreendidas a bordo de navio, que não foram sequer desembarcadas e não seriam, em tese, desembarcadas no Brasil, não estão manifestadas para o nosso País e sim para países vizinhos. Está certo?

Então, essa tem sido a grande fonte, uma das maiores fontes de apreensão hoje: é a mercadoria que não está sequer manifestada para o Brasil. Armas. As armas aparecem...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Permite-me, doutor?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só para eu entender. A Receita Federal sobe a bordo do navio?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Sim. Esse procedimento chama-se visita aduaneira.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Aí sobe a bordo do navio para examinar carga.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eventualmente, parte desta carga não se destina ao Brasil.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Esta carga não é vistoriada. Mesmo que ela seja

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Essa carga é vistoriada também, essa é que temos apreendido.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mesmo que ela se destine a outro país?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Exato. Por quê? Porque a mercadoria, nessa situação, ela em trânsito no território do Brasil, ela estando no território nacional, como é o caso, ainda que a bordo do navio, está sob jurisdição da autoridade aduaneira. Sendo uma mercadoria ilícita, por exemplo, mercadoria pirata, pirateada, sendo ilícita, nós podemos apreendê-la e retirá-la do navio. No caso de mercadoria..., drogas, a mesma situação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vocês abrem, vocês abrem os contêineres?



O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Abrimos os contêineres também.

Nesse caso, nós... Normalmente a ação é precisa, Deputado. Nós temos, pegamos o mapa de carregamento do navio, pegamos o manifesto, e normalmente essa carga, ela está..., não está bem registrada ou está parcialmente registrada. Ou seja, falta informação exatamente sobre essa carga. E ela não está... Quando você pede, aí o comandante do navio apresenta um documento que ela está indo para o Panamá, por exemplo, mas ela não estava bem registrada ou ela estava numa posição no mapeamento que dava indicação de... Digo, há um *feeling*, há uma, digamos, uma prática do pessoal no sentido de detectar a ocultação dessas cargas. E aí nós mandamos sacar exatamente esse contêiner. A operação é precisa, nós não mandamos descarregar o navio todo. De um navio, às vezes, nós temos metade dos contêineres que ficam no Brasil, a outra metade vai embora, um terço, enfim. Mas nós não mandamos descarregar, nós não somos... Esse trabalho tem que ser feito com uma inteligência porque senão você inviabiliza o próprio transporte, então nós temos que ter um trabalho de informação prévia. Às vezes nós trabalhamos com denúncias, outras com precedentes em cima daquele navio e daquele capitão. Há navios conhecidos nossos, há navios que têm vários. Então esses navios que têm uma ficha de risco alta, esses são submetidos a visitas mais freqüentes no Brasil. Recebemos informações, às vezes, internacionais, do porto de saída. Às vezes no porto de saída, Deputado, nós não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Doutor, eu tenho uma pergunta.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Os *scanners*, como é que estão?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Perfeito. Nós temos, atualmente... a Receita Federal tem 13 *scanners* de raio X para contêineres instalados em alguns portos no Brasil — nos principais. Eu posso, depois, detalhar exatamente a localização desses *scanners*. Nós tivemos, nos últimos 3 anos, muitos problemas de manutenção. No ano passado, a Receita foi..., conseguiu um orçamento bastante positivo e conseguiu contratar a recuperação desses equipamentos. Nós tínhamos, dos 13, praticamente apenas 3 operando, por problemas de manutenção. Hoje nós



estamos praticamente com..., dos 13, acho que 11 operando. Só estão 2 ainda faltando para conserto, para operação, mas também já foi contratada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Por que não bate essa informação? Porque, na verdade, nós tivemos aqui o Diretor de Segurança dos Portos, ele disse que nenhum estava funcionando.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Bom, Deputado, eu tenho aqui a relação, a gente... Acho que é melhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ontem, nós ouvimos a Associação de Técnicos da Receita, que disse que tinha um em Santos, mas que estava quebrado.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Bom, Deputado, eu tenho aqui a relação dos equipamentos e eu acho que nesse caso eu recebo informação que nos passam também. Eu tenho exatamente aqui a localização e a situação deles em termos de operação. Às vezes, um *scanner* está funcionando num mês e tem uma avaria, tem um problema e não está funcionando no mês seguinte, e no terceiro mês volta a funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois é, o do Porto de Santos está quebrado?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Olha, que eu saiba, não. Esse equipamento está funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ontem, nós ouvimos aqui a Associação de Técnicos, e disseram que está quebrado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essas histórias dos *scanners*, a gente veio reconstituindo, doutor. Desde 97 existe polêmica em torno do uso, da eficiência, da manutenção, do custo.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Bom, eu tenho uma informação que é praticamente atualizada, da semana passada, e os de Santos estão aqui como funcionando, em situação perfeita de operação. Inclusive, está sendo feito um *upgrade*, uma mudança do *software* de operação, mas ele está funcionando. Então, eu não...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E funcionam esses *scanners*?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Funcionam, funcionam, que eu, inclusive... Esses *scanners* de Santos, nós contratamos operadores, porque às



vezes nós tínhamos dificuldade, Deputado, de termos profissionais para a operação do equipamento, por mudança, rotatividade de mão-de-obra, férias, licença de servidor. Então, muitas vezes, a gente deixou de operar um *scanner* em algum local por falta de pessoal militar. Para suprir essa situação, considerando o que se faz normalmente com um *scanner*, precisamos contratar operadores, porque a operação do *scanner*, embora o equipamento especializado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Paranaguá tem *scanner* também?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Tem, Porto de Paranaguá tem *scanners*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está funcionando?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Não, esses aqui estavam fora de operação, esses de Paranaguá, fora de operação. A licitação foi encerrada, o contrato de manutenção está em vigor; encerrado esse contrato... Então, o seguinte: já foi contratada a manutenção corretiva desses *scanners*. Não estavam, mais já foi contratada. Por isso que eu digo: até o ano passado, nós estávamos com falta de recurso e tínhamos muitos *scanners*, dos 13 parece que 10 fora de operação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como funciona isso, Doutor? Todo contêiner que sai do porto passa pelo *scanner*?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Não. Isso seria, com a quantidade de *scanners* que temos, isso seria impossível, seria incapaz de operar todo o volume de contêineres que sai dos portos e, segundo, não seria também recomendável. Trabalhamos com análise de risco. Há um custo para escanear, há uma despesa de operação, manutenção. Ter mais *scanners* significa mais despesas e alguém tem de pagar por isso. Então, o que usamos são critérios de risco também. Principalmente a procedência, o país de procedência de risco. A Ásia, por exemplo, é uma rota de risco; a África é uma rota de risco. Então, para as rotas chamadas rotas de risco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Estados Unidos é rota de risco?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Depende do porto. Depende. O Porto de Miami, por exemplo, é um porto problema para nós, certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas vê que os maiores produtores de armas estão lá.



O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Mas veja, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A Alemanha, por exemplo, é rota de risco?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Não, tecnicamente, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É outro lugar que vende arma que é uma desgraça.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Agora vamos ver um aspecto interessante sobre comércio de armas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas é isso que estou dizendo, sabe o que estou vendo? Já que estamos nessa conversa, acho que queremos arrumar.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Por que a Receita pega em muito mais contrabando de cópias, de coisas assim...

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Pirataria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pirataria. Porque aí as empresas que fazem um produto e são pirateadas elas mesmas informam à Receita: olhe, está indo aí um contêiner tal e tal. Agora, o ruim é que nenhum fabricante de arma vai dizer: está indo aí um contêiner de arma. E estamos muito nessa dependência da informação que vem de fora, quando devemos ter meios de coibir esse tráfico de armas e de munições aqui. Quer dizer, onde o *scanner*, por exemplo, é fundamental. E onde não passamos todas as mercadorias no *scanner* como é que é feito isso? A amostragem como é feita então?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Bom, a amostragem é feita exatamente por operação de risco, por análise de risco. Quais são as rotas de risco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não é aquele negócio do selo verde, selo amarelo, selo vermelho?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Não, não, o escaneamento da carga não depende dos canais de seleção do SISCOMEX. Podemos escanear a carga antes da conferência e mesmo após a conferência nós fazemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Posso dar uma sugestão?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Nós não temos restrição a isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não faça por análise de risco porque o tráfico de armas é justamente dos países que vocês não imaginam. Por exemplo, dos países asiáticos, China e tudo mais, vêm os produtos piratas. Mas armas não vêm pirateada, armas vêm das fábricas mesmo. As fábricas que mandam mesmo para cá com a venda... É fábrica americana, fábrica alemã, fábrica russa, que são os AKA 47.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, então aí para o tráfico de armas, não vai funcionar. Vocês vão pegar quase nada de tráfico de armas.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Perfeito. Deputado, gostaria de fazer um comentário. Em primeiro lugar, *scanner* é útil, muito útil. Agora, ele não vê tudo. O melhor *scanner* tem dificuldades. Ou ele é extremamente potente e atravessa a imagem, ou seja, a imagem se torna invisível, ou ele é pouco potente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Peço à assessoria aquilo que me trouxeram ontem quando estava ouvindo os técnicos da Receita, porque lá tem uma foto de *scanner* que achei interessante.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Perfeito. Então, veja, o *scanner* é uma ferramenta útil, mas ele não é a única ferramenta nem a ferramenta definitiva nessa matéria. Se não se trabalhar com informação, é realmente... Primeiro, a gente não consegue fazer uma boa direção para o próprio escaneamento. É preciso estar atento a outros elementos. E nesse aspecto as rotas de risco, por exemplo, como o senhor disse, a Alemanha é uma rota de risco. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Doutor, concordo com o senhor na questão de drogas. Mas na questão de armas é muito difícil o *scanner* atravessar metal.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Não, perfeito. Deputado, mas às vezes a quantidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quando aparecer a arma, vai aparecer a arma ali. Droga, tudo bem. Droga até digo que pode ser confundido com outra coisa. Agora, arma, não. Arma, no *scanner* vai aparecer o modelo da arma bonitinho ali, o cano, o gatilho, tudo mais.



O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Isso se ela não estiver oculta numa caixa de metal também, Deputado. Normalmente as armas não são apreendidas em grandes quantidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas aí tu vê, se há grandes caixas de metal ocultando alguma coisa já é para desconfiar, já é para abrir a porta e ver o que tem.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Deputado, às vezes estão no meio de motores. Então, eu digo o seguinte: a inteligência que temos... Do outro lado também existe inteligência — isso é importante. Então, a tecnologia é muito boa, ajuda. Mas a tecnologia sozinha não resolve. Nós precisamos usar a inteligência. O que nós dissemos... As fraudes no comércio exterior normalmente são cometidas por empresas com perfil notório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixa eu lhe falar uma coisa, Dr. Ronaldo, que eu estou preocupado. Eu acho que a inteligência é importante, mas a inteligência nossa, aqui. O que eu estou lhe dizendo é que nenhum país fabricante de armas vai lhe dizer que contêiner tem a arma. Quer dizer, não vai vir informação de fora dizendo “*olha, estão mandando 10 armas para o Brasil*”. Não vai chegar nunca uma informação de fora sobre isso porque eles são os produtores de armas. Quer dizer, é muito difícil isso. Eu não digo que nunca vai chegar, mas eu acho que a chance é de 1 em 100 de chegar uma informação sobre isso, enquanto a chance é de 90 em 100 de chegar informação de produto pirata, porque produto pirata interessa a todos esses fabricantes internacionais.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Bom, eu diria o seguinte: com relação à pirataria, a maior parte das apreensões não decorrem de denúncias, decorrem de um trabalho de fiscalização dentro de padrões técnicos de inteligência, de investigação normais. Não há necessariamente denúncia nisso. Agora, com relação às armas, queria dizer o seguinte: a maior parte dos países do mundo hoje são signatários de um acordo internacional que obriga a informar as exportações, assim, antecipadamente. O Brasil é signatário desse acordo, assim como muitos países. Os principais países são signatários desse acordo. Então, as informações sobre exportações chegam antes para a autoridade anuente do que a própria mercadoria. Chegam para cá, para o Exército brasileiro, antes de as mercadorias chegarem. Então, há um pré-aviso nas exportações de armas, como o Brasil pré-avisa a



exportação de suas armas — o Brasil também exporta armas. A autoridade brasileira avisa a sua autoridade congênere no país de destino sobre as suas exportações, e isso acontece no sentido contrário também. Agora, existe o tráfico clandestino de armas no mundo, que todos conhecem, todos sabem disso. Normalmente não se utilizam contêineres lotados, as cargas são ocultadas, são dissimuladas. Muitas cargas não entram pelos portos; são desembarcadas na própria costa brasileira, clandestinamente; elas não aportam nos portos organizados. Há um outro aspecto notório: Foz do Iguaçu é uma grande fonte de entrada de armas. Esse é um aspecto; é a arma que entra carregada por pessoas físicas, como eu disse aqui, que é uma outra história. As apreensões se dão na conferência exatamente da bagagem dessas pessoas quando estão entrando no Brasil ou já entraram, em operações de repressão nas áreas próximas de Foz do Iguaçu. Então, nós vimos um volume grande de armas que é apreendido naquela região. E todos sabem: é notório que o Paraguai tem lojas de armas que vendem armas de todo tipo, armas automáticas, e são vendidas para qualquer pessoa que quiser comprar isso no Paraguai. Então, as pessoas buscam o Paraguai como uma fonte de suprimentos. Há informações de que a venda de armas no Paraguai está muito bem organizada, inclusive com a participação, eventualmente, de pessoas que deviam estar combatendo o tráfico de armas. Então, eu diria que se no Brasil fosse... se conseguir arma fosse tão fácil no Brasil...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Como assim, que eu não entendi muito bem essa parte do...

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - No Paraguai, há autoridades que deviam estar combatendo...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - No Paraguai?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - No Paraguai, exatamente. Então, nós temos conhecimento disso. É uma coisa, digamos, são situações notórias, não é isso? Há venda de armas no Paraguai em grandes lojas, lojas especializadas — é conhecido, é notório, certo? Então, eu vejo assim: o volume de armas apreendido na região de Foz do Iguaçu é muito importante, de munição é importante. Eu diria que o Paraguai, sendo uma importante fonte de suprimento de armas, obter armas fora dessa fronteira seca não é mais difícil, ou melhor, talvez seja a forma preferencial



dos traficantes de armas; e não as armas vindas pelo comércio regular, portos e aeroportos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Na sua opinião, seria adequado de minha parte, como Relator, por exemplo, afirmar que a principal porta de entrada de armas e munição no Brasil é a fronteira com o Paraguai?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Hoje é.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu também tenho essa convicção.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não é?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Essa é a nossa impressão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu também tenho essa impressão. Bom, todas as semanas, nós temos observado, por exemplo, grande quantidade de munição sendo apreendida em veículos.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Sim, exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nesta semana, por exemplo, um sargento do Exército... Toda semana nós temos veículos com grande quantidade de munição, veículos com arma. Então, estaria empiricamente, também tenho essa impressão que essa rota que vem rodoviária, do Paraguai, São Paulo, Rio de Janeiro, é, digamos, a principal rota.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Exatamente. A principal rota.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E possivelmente esta seja também o caminho de ida. Porque quero entender, doutor, assim, por exemplo, por onde essas mercadorias chegam no Paraguai?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Há 3 hipóteses principais, ou 4.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Como é que a mercadoria chega no Paraguai?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Normalmente, ou ela chega por avião, no aeroporto internacional. Esta é uma opção.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Chega em Assunção.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Em Assunção. Ou Ciudad del Leste, tem 2 aportes internacionais.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eles podem estar recebendo essa mercadoria diretamente.



O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Eles podem estar recebendo por aeronave.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Diretamente.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Sim, porque é uma mercadoria de alto valor unitário, ela paga o frete aéreo com tranquilidade. Mas ela normalmente, digamos, o grosso da mercadoria que chega no Paraguai, independente de ser mercadoria de alto ou baixo valor unitário, ela chega pela via do terrestre, em contêineres que foram desembarcados nos portos de Montevideu, Buenos Aires, o Chile, através da Zona Franca de Iquique, e, por último, o Brasil, o Porto de Paranaguá especialmente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, isso serve não só para arma, isso serve para abastecimento clandestino, digamos assim.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Geral. Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Montevideu, Buenos Aires...

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Montevideu, Buenos Aires, Iquique, no Chile, e Paranaguá.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Iquique, no Chile, e Paranaguá. Santos não é muito comum.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Santos é o menor desses, porque o que existe ainda de trânsito passando pelo Brasil para o Paraguai sai fundamentalmente de Paranaguá. Santos é muito pequeno.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Paranaguá. Só a título da minha informação, o produto que entra por Montevideu tem como rota o Brasil, rota terrestre?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Não, ele vem pelo mar, Rio da Prata e sobe o Rio Paraguai. Ele vem pela via fluvial.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele vem pela via fluvial.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - E parte via terrestre, mas por dentro do Paraguai mesmo, fronteira com a Argentina e Paraguai.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor diz que a mercadoria sai do Uruguai, adentra o território Argentino.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Sim, subindo o Rio da Prata, subindo o Rio da Prata.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A partir do...

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Do Porto de Montevideu.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Porto de Montevideu.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Sobe o Rio da Prata. O Rio da Prata vai fazer divisa com o Paraguai e a Argentina, lá em cima; ele sobe. É um rio que vai até, vai dar no Rio Paraguai.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele vem por dentro da Argentina.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Subindo vai dar no Rio Paraguai. É uma rota e um rio internacional, então há um tráfico internacional ali. A Argentina respeita esse tráfico internacional. Vai até o Rio Paraguai, desembarca até em Assunção, pode desembarcar em Assunção. Porque você tem o Rio Paraná e o Rio Paraguai formando a Bacia do Prata, não é isso? Então, você sobe o Prata e deriva para o Rio Paraguai. Vai até Assunção.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sobe por fluvial.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Fluvial. Assim como também a rota de saída. Muito da soja, às vezes, lá da Bolívia, a soja sai pelo Rio Paraguai e desemboca lá no Prata. Minério de Ferro do Brasil mesmo, nós exportamos, sai...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, a hipótese do caminho terrestre atravessando o Brasil para abastecimento do Paraguai.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Existe através do Paranaguá, desembarca em Paranaguá.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não, mas digo entrando pelo Chuí, por exemplo.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Não, não. Essa rota, desconheço operações de entrada de mercadoria com destino Uruguai que entram por Chuí para atravessar. Isso deve ser residualíssimo. Pode até existir, mas eu diria que é muito cara e tem uma rota mais rápida, mais fácil. O que aconteceu, Deputado, nos últimos anos, com o combate à pirataria, nós passamos a atuar em cima dos trânsitos de Paranaguá e Santos, a tal ponto que nós reduzimos a menos de um quarto o volume de trânsito com o Paraguai. Eles derivaram.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Migraram.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Ou seja, migraram as rotas especialmente pelo Porto de Montevideu e pelo Porto de Buenos Aires.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu estava vendo aqui essa estatística de apreensão. Isso são em 6 anos, não é?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Exato, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu estava aqui com uma foto de um *scanner*. O *scanner* faz mais ou menos isso?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Isso. Perfeito, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aqui dá perfeitamente para ver se tem...

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Sim, se o volume de arma é expressivo, é possível, com certeza. O *scanner* é um bom equipamento. Agora, se você tem um contêiner cheio de tubos de aço — e nós temos casos desse tipo — ou mesmo um *scanner* com matéria orgânica, uma grande concentração, por exemplo, dependendo da penetração do *scanner*, ele não atravessa o... Por exemplo, um caminhão de soja, se você botar uma caixa de armas no meio, dependendo do *scanner*, ele não atravessa. Você vê uma mancha cinza inteira. Então, depende do *scanner*, certo? Às vezes a arma está dentro da cabine do motorista, então você precisa ter... Enfim, são coisas que... Às vezes o contrabando de armas não é nem uma coisa... Às vezes é pessoal do motorista do caminhão, ele compra 2 armas para revender, por exemplo. Em pneus de caminhões embutidos nós já apreendemos armas dessa maneira também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, em pneu dá para ver.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Exatamente. Já apreendemos armas assim também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, diga-me uma coisa: quantos contêineres são fiscalizados em termos de percentual?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Bom, nós temos o seguinte: no Brasil, nós estamos com uma média de conferência física de 15% a 17% das mercadorias que chegam no Brasil por qualquer via: aérea, terrestre ou marítima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em *scanners*, é isso?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Não, são conferidos fisicamente. São abertas efetivamente, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas em termos de contêineres, é isso?



O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Em termos de contêineres, em termos de qualquer carga, Deputado, não só contêiner, mas qualquer carga, porque pode ser carga solta também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas não bate isso; é isso o que eu digo...

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Então, nós temos 15% de chamado canal vermelho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O responsável pela segurança dos portos disse que 1,7%, 1,8% dos contêineres é que são fiscalizados.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Bom, então veja só, Deputado. Essas estatísticas da Receita...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, de cada 100, 1 ou 2 são fiscalizados.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Mas ele está chamando de ser fiscalizado... Exatamente o que que ele chama de ser fiscalizado? Escaneado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu acho que qualquer coisa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor falou aí em...

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Veja, 15% das importações — essa estatística é por declaração de importação. Então, a carga abrigada por uma declaração de importação... Quando a gente fala que houve uma fiscalização de uma importação, significa que a carga, as mercadorias acobertadas por uma declaração de importação — podem ser vários tipos, não precisa ser um tipo só de mercadoria — foram submetidas a uma conferência física.

Dentro dessa conferência física, do procedimento, nós temos um critério de amostragem. No caso de contêineres, a regra é a seguinte: se você só tem um contêiner, você tem que desová-lo inteiramente, tem que retirar toda a carga de dentro. Quando você tem 10 contêineres, você pode fazer uma amostragem na desova, não é obrigado a desovar completamente os contêineres, a não ser que os documentos revelem cargas muito diferentes. Quando normalmente você tem mais de um contêiner, a carga é homogênea; normalmente é a mesma mercadoria nos vários contêineres. Então, nós temos um critério de amostragem física para a desova, e dentro da mercadoria desovada, se você tem lá 100 caixas que são 100



caixas iguais, nós abrimos normalmente 10% das caixas. Então, a verificação física não envolve a abertura de 100% dos volumes, não envolve a desova de 100% dos contêineres.

Então, nós fazemos sempre um critério: primeiro, um critério de seleção nas declarações e, dentro das declarações, ou seja, o conteúdo físico da mercadoria é analisado amostralmente, dentro de um critério amostral.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu estive esta semana em Rio Grande, conversei com o pessoal do DECOM lá e busquei informações também em outros portos. E as informações que eu recebi são menos otimistas que as do senhor. Nós temos aqui informações entre os responsáveis pela segurança dos portos, informações que nós coletamos diretamente da ponta, que falam entre 1 e 2% de conferência física — não é *scanner*, conferência física.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Se estavam falando em abertura de volumes, considerando que nós temos 15% de verificações de declarações e, dentro delas, uma amostragem em torno de 10%, pode ser isso mesmo. Ou seja, fisicamente, eu não abro 10 milhões de caixas por mês, eu abro 1%, 2% disso. É verdade.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É isso?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Sim. Seria absolutamente impossível abrir todas as caixas, ou metade delas, ou 30% delas. Nós estamos falando não de milhares, nós estamos falando de dezenas ou centenas de milhões de volumes.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Isso nenhuma aduana no mundo faz.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O nosso procedimento é idêntico em nível de segurança e controle dos Estados Unidos?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Eu diria nos Estados Unidos o nível de conferência física é menor, o nível de escaneamento é maior. Eles têm mais equipamentos de raios X, muito mais que o Brasil. E fazem menos verificações físicas dessa desova de contêineres, então eles se fiam muito mais no trabalho com escaneamento e menos com abertura física. Proporcionalmente dizendo, proporcionalmente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Na Europa.



O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Europa também. Os países do mundo desenvolvido têm muito mais equipamentos em proporção ao comércio do que nós, do que o Brasil, países em desenvolvimento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Por que nós não investimos mais em *scanners* com mais qualidade inclusive do que esses que foram adquiridos?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Perfeito. Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Porque sou leigo, mas posso afirmar com tranquilidade, desde 97, levaram 4 anos para botar em operação. O que houve? Esses *scanners*, esses equipamentos não eram adequados.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Então, veja só. Deputado, quando foram comprados os *scanners* em 97, é bom lembrar o seguinte: primeiro, era uma tecnologia que, embora já conhecida, havia poucos ofertantes e pouca variedade de equipamento. De lá para cá, até principalmente depois do evento do 11 de setembro, nos Estados Unidos, o volume... Primeiro, a oferta do mundo cresceu fantasticamente. A demanda cresceu, é bem verdade. Mas cresceu o número de fabricantes, os chineses entraram como produtores e ofertantes agressivos desses equipamentos, a variedade dos equipamentos aumentou, o preço deles caiu significativamente, a tecnologia melhorou muito. Nós compramos lá nos idos de 97, no final dos anos 90, com a tecnologia e com os preços que eram disponíveis naquela época. Então, os equipamentos eram mais caros e não tinham a mesma tecnologia disponível que nós temos hoje. Nem por isso os equipamentos são inúteis; muito pelo contrário, são equipamentos utilizáveis, são para determinadas finalidades. Os *scanners* que temos são muito úteis. O ideal...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Doutor, o *scanner*, pelo que eu constatei — o senhor me corrija se eu estiver errado — o *scanner* fica ali parado, no geral não fica parado o tempo inteiro, mas digamos os que funcionam, eles ficam ali parados. Aí, caso haja uma desconfiança, uma dúvida, traz o *scanner* e passa o *scanner*. Não é um procedimento de rotina a utilização do *scanner*. O *scanner*, ele é uma ferramenta que, quando necessária, é utilizada. Ele não fica ali parado e o número “x” de contêineres que passam, 1 ou 2 passam pelo *scanner*. Quando se avalia que há um risco potencial, digamos assim, de que aquela carga possa apresentar algum tipo de problema, então traz-se o *scanner* e passa. Isso que constatei *in loco*.



O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Sim. Há variações de utilização do equipamento. Por exemplo, pega Uruguaiana. Em Uruguaiana, ele fica posicionado na entrada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele está parado.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Parado na entrada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não, parado sem funcionar. Nós estivemos lá.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Bom, no dia, porque nós temos relatórios de vários períodos, ele estava funcionando.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nós fomos a Uruguaiana. A CPI foi a Uruguaiana. Não estava funcionando. Inclusive, a alegação da Receita foi de que não utilizavam, porque isso criava um problema de morosidade aduaneira, dificultava o desembaraço.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - É estranho isso, porque eu já vi o equipamento funcionando lá também.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nós estivemos lá também.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Bom, perfeito. Quando o senhor esteve lá, não estava sendo utilizado. Então, não vou contestar. Evidentemente o senhor estava lá, presenciou o fato. No Porto de Santos, por exemplo, normalmente nós revezamos os recintos onde eles estão funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Onde é que eles estão funcionando? Só para a gente ter uma idéia.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Já dou essa informação neste momento, tenho aqui. Nós temos duas unidades no Porto de Belém, uma em Belém outra em Manaus; uma no porto de Suape; uma no Porto de Salvador; uma no Porto do Rio de Janeiro e outra em Vitória; duas no Porto de Santos; uma no Porto de Paranaguá; outra no Porto de Itajaí e Porto de Iguaçu. Esses aqui entraram em operação há duas semanas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu li matéria sobre isso.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - E no Porto de Rio Grande e em Uruguaiana, na fronteira.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Doutor, para Uruguaiana, o que constatamos? Corrija-me se eu estiver enganado. Primeiro, o caminhão em



Uruguaiana é informado que está no sinal vermelho ainda em território argentino. Ele tem 24 horas para entrar no território brasileiro após ficar sabendo se está no sinal vermelho ou no verde. Lá no território argentino, certo?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Essa informação é um tanto estranha, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bota estranha nisso!

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Não, não, não. É porque...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele fica sabendo...

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Eu gostaria de ir lá com os senhores em Uruguaiana, porque tem uma informação que não bate nisso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Inclusive há alegação de que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu não fui, não. O Relator foi e foram mais 2 Deputados.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ... quando sabem que o *scanner* está em funcionamento, reduz muito o ingresso de caminhoneiros por Uruguaiana. Isso inclusive é um dos motivos que levam à não-utilização do equipamento, por conta de rendimento, de desempenho do porto seco, que há uma resistência à utilização desse equipamento. Porque o caminhoneiro é comunicado ainda em território argentino que ele está no sinal vermelho e ele tem 24 horas para entrar em território brasileiro após ser informado que ele está no sinal vermelho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ou seja, ele descarrega tudo o que está errado, deixa a carga toda bonitinha...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu não sei. Eu estou colocando para o senhor, como o senhor diz... Estou informando o que me informaram. O senhor também está me informando o que lhe informaram. Então, nós estamos os 2, um informando para o outro o que informaram.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Não, nesse caso tem um fato aí que eu digo que é inconsistente com o funcionamento do SISCOMEX. Para que haja o registro de uma declaração e, portanto, a seleção dela para o canal vermelho ou verde ou amarelo. Enfim, essa carga precisa existir fisicamente no sistema SISCOMEX. Para ela existir no SISCOMEX, quem dá essa informação é o administrador do armazém depositário. Então, se a carga não entra, ele não está sequer faturando o serviço.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor conhece o porto?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Conheço, conheço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Onde é que fica a aduana?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - A aduana fica dentro. As instalações ficam dentro do porto seco de Uruguaiana.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Onde? A aduana está toda em território argentino.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Não, Deputado. Nós temos lá... É uma área de controle integrado de dupla cabeceira. A exportação feita do lado é para ser feita na Argentina, estamos com problemas, a exportação, e a importação brasileira no Brasil, junto com a exportação argentina. A parte que está funcionando é a exportação argentina que está sendo feita dentro do território brasileiro, junto com a nossa importação. A nossa exportação era para estar funcionando dentro de uma área de controle integrado do lado de Passo de Los Libres, e ainda não está funcionando, porque os argentinos não concluíram a infra-estrutura e as condições para operar. Mas, da maneira como foi acordado, é para funcionar duas cabeceiras integradas. A exportação no Brasil ser realizada no lado argentino com a respectiva importação argentina. E a importação brasileira junto com a exportação argentina. Essa parte está funcionando. Então, eventualmente, o canal vermelho a que o senhor está se referindo talvez seja o canal vermelho da Argentina, e não o canal vermelho na importação brasileira. Aí faz sentido, porque o canal vermelho no Brasil só pode acontecer depois que o depositário, como assim nós chamamos, registra a presença da carga no seu armazém. E ele só fatura se essa mercadoria estiver lá dentro. Não faz sentido ele registrar uma carga como presente no armazém se ela não está lá. Ele corre o risco, inclusive, numa situação dessa, de ser responsável por uma carga que nunca apareceu. Então, não tem como ter... Agora o contrário: a exportação argentina ser parametrizada lá, e o veículo estar aqui, isso faz sentido. Todo o sentido.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Doutor, nós vamos ter que ir juntos lá.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Ele registra lá, dá canal vermelho e vem a exportação. Aí nós estamos falando do canal vermelho da Argentina.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E aquela antiga aduana ali em Uruguiana?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Oi?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Aquela aduana em Uruguiana. Aquilo ali...

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Sim... Porque tem a ponte...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Do lado de cá. Aduana, antiga aduana.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Estava desativado, doutor. Não tem ninguém trabalhando lá.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Não, Deputado. Espera um pouquinho. O senhor está falando do lado brasileiro?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Lado brasileiro.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - O porto seco de Uruguiana é o porto seco com o maior movimento de carga no Brasil.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu sei, doutor. Porto. Mas aqui é aduana, do lado de cá, do lado do Brasil.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Deputado, tem 2 locais de despacho em Uruguiana. Tirando a ponte, onde a gente faz a parte de pessoas físicas, bagagem, conclusão nos trânsitos, nós temos o porto seco de Uruguiana, que é uma concessão...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Onde é que o *scanner* funciona lá?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Fica na fronteira, logo na passagem da ponte.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Do lado de cá?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Do lado brasileiro. Exatamente. Fica na cabeceira da ponte. O caminhão entrou no Brasil, é escaneado antes de chegar no porto seco.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele é escaneado antes de chegar no porto seco.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Isso. Nem todos os dias, ou nem todas as horas está em funcionamento.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, o senhor diz que essa, digamos assim, não procede essa dúvida, porque ele chegaria no sinal vermelho ou no verde só depois de ter passado pelo *scanner*?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Na importação brasileira, sim. Na exportação argentina, pode ter dado vermelho lá, e ele passa depois. Mas é a exportação argentina. É um problema lá dos argentinos, se eles vão fazer a transferência ou não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Exportação argentina. Está exportando para o Brasil?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Isso. A Argentina exporta para o Brasil e se torna uma importação nossa. A conferência de cargas na Argentina é feita não do lado de lá, mas do lado de cá. No porto seco brasileiro, em Uruguaiana. Então, existe possibilidade de dar um canal vermelho na exportação argentina, e a carga a ser conferida depois no Brasil pelos argentinos, que trabalham junto com os brasileiros no porto seco. É a área de controle integrado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nós vamos ter oportunidade de, em Foz do Iguaçu, fazer um acompanhamento *in loco* desse, desse... Eu tenho uma informação de que a visita aduaneira era obrigatória, e hoje em dia não é mais.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Procede essa informação?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Procede perfeitamente. Houve uma mudança na legislação. A visita aduaneira é uma prerrogativa da fiscalização aduaneira, mas não é...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor acha que isso foi bom ou ruim?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Acho que foi bom pelo seguinte: porque muitas vezes essa visita se revestia de um caráter, digamos, rotineiro e burocrático, em que efetivamente se ia ao porto, ao navio, para receber alguns documentos que hoje podem ser trazidos pelo próprio navio, está certo? E isso não agregava nada em termos de combate aos ilícitos. Então, em vez de gastar gente para ir receber papel, nós podemos receber o papel aqui. Hoje, aliás, estão sendo totalmente substituídos por documentos eletrônicos. Então, não tem por que nós perdermos tempo de colocar gente para visita protocolar a navio, e, sim, vamos usar



as pessoas para fazer visita de operação de repressão. Temos informações? Tem? Então, vamos lá fazer. Não fazemos em todos os navios. Há rotas, há navios que, pelo histórico deles, há navios graneleiros, há uma série de situações em que o risco é baixo. Nós não fazemos visita em 100% dos navios. Fazemos naqueles que hoje nós entendemos que são viagens ou embarcações de risco.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor acha que os procedimentos que são adotados hoje, então, são suficientes para dizer que o País tem uma política segura, tem controle efetivo, que impeça a entrada de armas e munição de forma ilegal no Brasil?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Dentro das dimensões do País, com os recursos disponíveis, Deputado, eu acredito que a Receita Federal tem feito um bom trabalho.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor acha que...

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - E pode ser melhorado. Isso, nós esperamos até sugestões de trabalho desta Comissão, que certamente... O fato da existência da Comissão já é um aspecto muito importante, em chamarem a aduaneira para falar aqui, né?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Os contêineres que vão para o Paraguai, que entram pelo Porto de Santos...

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ... eles são fiscalizados?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Nem todos são abertos, Deputado. Nós temos... O procedimento de trânsito aduaneiro internacional, ele também é passível de ser conferido. Nós não fazemos 100% das conferências, nós fazemos amostralmente. Os contêineres são lacrados, saem lacrados do Brasil em direção ao Paraguai. Nós fazemos, como sempre nesse caso, e a razão pela qual houve uma redução brutal das operações de trânsito nos últimos 6 anos é uma análise de risco também: quem é? Para quem vai a mercadoria? Que tipo de mercadoria está declarada? Enfim, normalmente, o trânsito do Paraguai são mercadorias comerciais mesmo, não há nada de risco.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Há risco de um contêiner chegar ao Porto de Santos com determinada mercadoria e chegar lá no Paraguai com a carga diferente?



O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - É possível, Deputado. É uma das possibilidades. As ocorrências disso são muito pequenas. Na prática... Por quê? Porque o transportador responde por toda a carga. Se ela não chega, ele arca com todo o custo disso. É possível? É possível, Deputado. As ocorrências, na prática, são muito pequenas, que mostram que, digamos, é um risco teórico. Na prática, isso não é uma rotina, muito longe disso, está certo? Muito longe disso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É comum operações conjuntas com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Especialmente na área de Foz do Iguaçu, operações de repressão aduaneira. Muitas operações são comuns com Rodoviária, Polícia Federal e Receita, especialmente naquela região medianeira, Foz do Iguaçu, no Paraná especialmente. Aliás, na fronteira com Paraguai, com o Mato Grosso do Sul também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Me diga uma coisa: desses *scanners*, quantos estão funcionando?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Se eu tenho aqui, dos 13 parece que apenas 3 não estão em condições de operação hoje, não estão funcionando. Mas os 3 que estão faltando estão com os contratos para a sua recuperação já assinados. Enfim, estarão brevemente... No ano passado, nós estávamos com 3, Deputado, agora já estamos com 10. Até final do ano, eu acho que nós estamos com todos eles em condições de operação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Por que essa revista aqui diz que o Brasil comprou 60 *scanners*?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Ah, perfeito, Deputado, porque nós estamos falando apenas de 13 *scanners* para contêineres. Nós temos outros *scanners*. Os outros são *scanners* para bagagens, que são utilizados nos aeroportos, em alguns pontos de fronteiras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Todos os aeroportos têm?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Todos os aeroportos... não, não todos. Acho que... Espera um pouquinho, Deputado. Acho que vou arriscar, mas os principais aeroportos internacionais têm. E além dos aeroportos internacionais, alguns...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sabia que a metade dos aeroportos do País não têm?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Mas os principais, eu diria que têm — não é, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso é dito pela INFRAERO, inclusive com o ofício que nos mandou aqui.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Os principais, eu tenho a lista deles aqui, Deputado. Eu tenho até onde estão localizados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sabe, é uma coisa... A preocupação que eu tenho é o faz-de-conta. A gente faz de conta que acredita na fiscalização, a fiscalização faz de conta que fiscaliza e os empresários fazem de conta também que... Porque ontem veio aqui o pessoal e disse que não tem *scanner*. O responsável pela segurança dos portos no Brasil disse que os *scanners* não funcionam. O senhor vem aqui, diz que tem 11 *scanners* ou 10 *scanners* funcionando no Brasil todo. Aí fica difícil. Quem é que está dizendo a verdade? Quem é que não está?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Bom, Deputado, eu disse o seguinte: nós podemos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Um *scanner* desse escaneia uma carga em quanto tempo, um contêiner?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Isso são coisas de segundos, Deputado. Entre posicionar um caminhão e passar um veículo e chamar outro, isso dá 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso rapidamente se faz?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Rapidamente. Rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Por 30 segundos, a gente não faz um levantamento melhor disso?

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Ele está dizendo o quê? Os raios X, é isso?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Raios X.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Trinta segundos. Em que isso vai atrapalhar muito o movimento do...



A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Presidente, dos 66 aeroportos do Brasil, apenas 24 têm raios X. Aliás, tem um projeto de lei nosso, nesta Casa, pedindo a obrigatoriedade da colocação dos raios X nos aeroportos, exatamente por conta desses problemas.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Certamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - De 66, 24 têm. Isso quer dizer que nem os das Capitais têm. (*Risos.*)

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Não, Deputado, a Receita Federal... Na área internacional, todos os aeroportos internacionais importantes têm, na Receita Federal. Não estou falando, Deputado, da parte nacional, que compete à INFRAERO.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, veja o ponto: quanto sai um *scanner* desse?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Um de bagagem de aeroporto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, esse de contêiner.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Olha, Deputado, 2 milhões e meio de dólares. É mais ou menos o preço desses equipamentos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Dois milhões e meio de dólares?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E por que não tem em tudo quanto é porto isso?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Bom, Deputado, aí é uma questão de recursos, né?

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, V.Exa. falou de aeroporto, mas e os dos portos também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É dos portos que estou perguntando. Dois milhões e meio é o de porto.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - É o de porto.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - E do aeroporto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Do aeroporto deve ser mais barato.



O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Aeroporto, 100 mil dólares colocado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aeroporto é mixaria. Perto dos portos é quase nada.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - É. É muito pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, veja: aqui tem uma denúncia grave para o senhor ver lá com a Coordenação da Receita. Se o Relator foi até Uruguaiana e em Uruguaiana dizem que não usam o *scanner* porque diminui o movimento do porto...

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Eu estou anotando exatamente isso aqui, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, isso para mim é denúncia gravíssima.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Isso aqui é... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu quero que se dane o movimento do porto.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - É evidente, é evidente, Deputado. Mas eu acho que isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, agora eu não boto para funcionar a fiscalização para entrar tudo quanto é bandalheira para dentro do nosso País.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Deputado, eu acho que essa informação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque o movimento do porto vai ficar maior, aí eu vou poder mostrar serviço, que o porto está sendo o maior do Brasil. O que me interessa? O maior do Brasil para trazer porcaria aqui para dentro?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Deputado, eu acho o seguinte: disseram isso para o senhor. Eu não creio nisso. Eu, sinceramente, como servidor público, conhecendo as pessoas que estão lá...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem que crer. Está aqui o Relator. Eu tenho confiança plena no Relator. Inclusive, aqui nesta CPI não tem



negócio partidário, que eu sou do PFL e o Relator é do PT. Quer dizer, não tem razão nenhuma para inventar alguma coisa nesse negócio.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - É, Deputado, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nós não estamos aqui — eu quero que entenda isso —, nós não estamos aqui para criticar governo ou apoiar governo. Nós estamos aqui para tentar fazer uma solução melhor para o negócio de tráfico de armas. E o que estamos vendo... E isso aí que o Relator falou é para me deixar abismado.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Deputado, eu não acredito nisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E não é para o senhor não acreditar, é para investigar.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor tem que dizer para mim o seguinte: vamos investigar a fundo isso aí. E não dizer: eu não acredito.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Deputado, está anotado aqui. Foi exatamente o que eu anotei antes de... quando o senhor falou. Foi exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas se o senhor já parte do princípio de que não acredita, isso me dá a sinalização de quê? Que não vai investigar coisa nenhuma.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Não, não. Deputado, o fato de eu não acreditar não quer dizer que eu, como servidor público, não vá tomar as providências que me caibam nesse aspecto, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas tem que acreditar...

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Ronaldo... Presidente, a sua permissão.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Eu não posso presumir a culpa, nem posso presumir... Não posso. Eu tenho que...

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Eu não sei já foi dito...

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Diante da denúncia, eu tenho que mandar averiguar. Mas até que se prove... E eu tenho pessoas sérias naquela unidade. São excelentes profissionais. Então, até que se prove o contrário...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em todas as unidades, em todo lugar nós temos excelentes profissionais, mas tem os bandidos também. Aí não adianta.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Deputado, nós vamos fazer a investigação que cabe ser feita aqui. Isso o senhor pode estar tranquilo, mas eu efetivamente não corroboro essa impressão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu gostaria de em 15 dias ter a resposta dessa investigação, tá?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Perfeito, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que possa mandar aqui para a CPI.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Eu... Às vezes a pessoa fez uma impressão, disse algo que inferiu e não corresponde à intenção das pessoas, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, mas não é inferiu. O Relator esteve lá. E não foi só ele. Foram mais 2 ou 3 Deputados.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Perfeito, mas é o seguinte... Uma coisa é o seguinte, eu vejo um fato: o *scanner* está parado. Está parado por quê? Aí é o seguinte: parado porque alguém não quer isso ou quer aquilo. Aí é uma investigação sobre o querer, sobre... Ou seja, alguém pode dizer: olha, está parado porque alguém não quer que funcione. Mas é verdade isso ou corresponde... O fato é: olha, o equipamento não tinha gente para operar ou estava quebrado no dia. Enfim, é isso que eu vou apurar, está certo? Agora, apurar a intenção das pessoas, ou seja...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor podia, complementando a solicitação do Presidente, nos dizer quais são os dias em que funcionaram cada um desses *scanners* no último período.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pode pegar, se o senhor quiser, só 2006.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, vamos botar este ano só.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Perfeito, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quais eram os dias em que estiveram quebrados e quais eram os dias em que funcionaram. E a lista de cargas que foram...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Escaneadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...escaneadas, enquanto funcionaram.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E tem funcionado o *scanner*, assim, no sentido resolutivo, doutor?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Desculpa?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tem sido eficiente a utilização do *scanner*?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Tem. Felizmente, Deputado, quando você coloca um *scanner* para funcionar...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O que eu ouvi...

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Quando está funcionando, ele é um equipamento extremamente dissuasório.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O que eu ouvi? Que esse *scanner*, ele tem dificuldade de resolução, que não é fácil a operação dele, que não é fácil ter servidores treinados para... Inclusive tem todo um, como o senhor disse, um *feeling* necessário para poder detectar de fato alguma...

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Claro, perfeito.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ... e que, portanto, ele é muito pouco eficiente, até mesmo por conta dessas dificuldades todas. Tem um plano de comprar um *scanner* novo, moderno, eficiente?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Sim, sim. Há. Gostaria de fazer, então, duas observações sobre isso. O raio X é muito parecido com o raio X que é usado na medicina. A gente olha aquela chapa e não vê nada, só o especialista. Então, quanto mais a tecnologia é mais antiga, mais isso é verdade. Ou seja, você precisa ter pessoas com acuidade visual treinadas para enxergar, como um especialista em radiologia, no caso da medicina. Os equipamentos mais modernos têm uma definição melhor, assim como os equipamentos usados na área da medicina. Eles têm cor. Os nossos, por exemplo, são ainda de uma tecnologia mais antiga. Nós não



temos cores. Hoje você tem cor e você tem mais do que isso, Deputado: hoje você tem *software* que diz até a composição química.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tridimensional, né?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Ele tem o tridimensional. Então, Deputado, à medida que a tecnologia avançou, tornou a eficiência, a eficácia dos *scanners* maior. Então, hoje a gente tem até mais tranquilidade...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E essas medidas que têm sido exigidas, de modernização dos portos?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Exato. No Projeto da Lei 6.370, Deputado, a gente colocou expressamente como um dos requisitos para se operar um porto no comércio internacional — um porto, um aeroporto, um ponto de fronteira — a disponibilização de equipamento de raio X para as autoridades fiscais por parte da administração portuária, aeroportuária. Nós entendemos que isso não deva ser obrigação da Receita Federal. Ela pode ter os seus equipamentos, mas disponibilizar as condições para um bom trabalho de fiscalização — e não é só do interesse da Receita, temos a agricultura também, nós temos a ANVISA também... Não é o Estado, uma questão do Estado. O operador ganha dinheiro numa operação portuária. Ele cobra armazenagem, cobra movimentação. Então, não há razão por que, além da balança, que ele é obrigado a disponibilizar, e de outros equipamentos, para os órgãos do Governo, também o *scanner* de raio X, que hoje é um equipamento fundamental.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Me diga uma coisa, doutor. Sr. Presidente, não sei se o senhor ouviu a hora em que eu questionei o Dr. Ronaldo, fiz uma afirmação e perguntei para ele se eu poderia fazer essa afirmação, dizer o seguinte: a porta principal de entrada das armas e munição no Brasil é a fronteira do Paraguai e a via de transporte é a via rodoviária. Dr. Ronaldo me disse que, de parte dele, eu estou, digamos assim, correto nesse raciocínio. Agora, pergunto o seguinte: se nós sabemos que é isso, doutor, que essa munição em grande medida vem de carro, vem de veículo, como é que nós fazemos para detectar isso? Qual é a sua sugestão?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Deputado, a Receita Federal está concluindo uma obra muito grande em Foz de Iguaçu este ano — não sei se o senhor tem conhecimento. Na Ponte da Amizade, as condições de infra-estrutura de



fiscalização eram péssimas, pelo pequeno espaço. Você não tinha condições de dividir os fluxos para administrar o fluxo de carros. Qualquer fiscalização ali criava um tumulto. Nós estamos concluindo, este ano, uma nova estrutura na Ponte da Amizade, com a possibilidade de 5 vias de tráfego para que a gente possa administrar melhor, disponibilizar espaço para colocar *scanners*. Enfim, nós investimos muito ali para melhorar a qualidade da fiscalização aduaneira e inclusive possibilitar o controle migratório, que hoje também é inviável de ser feito nas condições em que se apresenta ali. Com essa nova instalação e os equipamentos que nós vamos colocar ali, está certo, nós achamos que nós vamos melhorar muito o controle na própria ponte, na passagem. Além disso, a gente...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Olha, veja bem. E tem um volume fantástico de carro passando.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Isso, perfeito.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Carro com munição no porta-malas. Como é que eu faço, doutor? Eu quero saber o seguinte: existe uma fórmula tecnologicamente possível de que eu consiga detectar se algum carro está entrando com arma ou munição?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Deputado, existe um *scanner* específico para automóveis que tem exatamente esse foco. Ele, para uma carga, ele não tem potência suficiente, mas para veículo, ele tem uma potência segura que pode ser utilizado (*ininteligível*) passageiro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nós temos esse *scanner*?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Ainda não. Só vamos comprar depois que tivermos os recursos disponíveis e tivermos uma estrutura para colocar esse *scanner* lá em Foz. Por quê? Um equipamento desse, ele também... Tem aqui uma questão de segurança, porque, num tumulto, ele pode ser avariado, quebrado e colocado fora de... Então, a gente tem que pensar muito bem na proteção do próprio equipamento, numa situação dessa, porque uma providência dos bandidos é exatamente sabotar as instalações. Então, nós temos interesse em comprar esse equipamento. Já temos a modelagem, já temos até especificação técnica dele, está certo? E devemos adquirir um equipamento para esse tipo de operação que vai funcionar nas novas instalações. Os recursos, até agora, o mês passado, nós não tínhamos recursos orçamentários aprovados ainda, Deputado. Então, nós não



podemos iniciar o procedimento licitatório. Mas exatamente agora estamos com os recursos disponíveis e, enfim, está no Orçamento. Há previsão para a compra de equipamentos, desse tipo de equipamento, e devemos fazê-lo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual é a previsão?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Deputado, a licitação, as especificações estão prontas, o edital estava sendo...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vai ser comprado?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Um *scanner* específico para veículos, capaz de detectar se dentro de um carro tem armas e munição. E esse *scanner* vai fiscalizar por amostragem? São todos os carros que passam?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Veja, a idéia é fazer passar uma via para... não todos os carros, porque, pelo movimento ali, nós não temos condições de fazer todos os carros.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Todos os carros que passarem...

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Pelo menos por uma das vias a gente consegue fazer, pelo menos uma das vias. A idéia são 4 faixas, uma para ônibus, uma para motocicleta e 2 para automóveis. Pelo menos uma das vias de automóveis, acho que é possível fazer a passagem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E ele vai escanear?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Ele escaneia, isso. Ele escaneia o veículo todo, inclusive com as pessoas dentro. O nível de ...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual é a expectativa? Quando vai estar em funcionamento?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Olha, Deputado, eu acho que no começo do ano que vem. O mais tardar no primeiro trimestre do ano que vem é possível ter esse equipamento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Daqui a um ano?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Um ano. É exato, daqui a 1 ano, por que entre comprar e entregar... Esses equipamentos geralmente são feitos por encomenda.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor já viu esse equipamento funcionando?



O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Não. É, vimos. Eu, particularmente, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Onde?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Nos Estados Unidos. Não fui eu. O pessoal que esteve nos Estados Unidos, em Washington, viu o equipamento desse tipo funcionando.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor sabe que a nossa sessão aqui tem muito prestígio?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O pessoal de Uruguaiana me ligou. O equipamento não está estragado.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - É o que eu falei. Não estava estragado. Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essa é a boa notícia. Agora é a ruim.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Sim, sim. Não está sendo utilizado?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Há muitas semanas não é utilizado.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Hã?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muitas semanas não é utilizado.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Vou mandar apurar, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não por não estar estragado, está em condições, no entanto, não está sendo utilizado há várias semanas. Nenhum carro, nenhuma carga foi escaneada.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Perfeito, Deputado. Eu vou pedir apuração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí é brincadeira.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Certamente. Não, eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí é brincadeira.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Isso também me indigna.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Doutor, eu não posso lhe afirmar que isso aqui seja certo, mas eu recebi agora essa informação de Uruguaiana, pedi que conferissem no local. Essa informação, eu recebi agora de Uruguaiana.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Perfeito, Deputado.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O *scanner* está em condições, no entanto, para ser bem preciso, nas últimas semanas não foi utilizado em nenhuma oportunidade, nenhuma carga foi escaneada, mesmo ele estando em condições de funcionamento.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Perfeito. Deputado, nós temos uma greve lá, o senhor sabe muito bem. Quer dizer, só fazer uma ressalva que nós temos uma greve...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quem opera o *scanner*? São os auditores ou são os técnicos?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Ou um ou outro, mas gente da Receita Federal. Lá em Uruguiana o caso é este. Nós demandamos que se contratasse operadores próprios, como acontece em outras regiões do Brasil, na Receita Federal. Que se contratasse operadores para *scanner*, exatamente para evitar a dependência de operação de técnicos ou auditores, que são mão-de-obra especializada e cara e que deve fazer muito mais do que escanear equipamentos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, agora, o senhor acredita que possa estar sem funcionar lá?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Não, Deputado, eu acredito... Em princípio, acredito. Eu diria até que pode ter uma razão para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque o senhor disse antes que não acreditava, agora o senhor já achou até a greve para...

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Deputado, o que eu não acredito é que ele não estivesse em operação para favorecer um porto seco, uma instalação portuária, ou seja, o motivo. É isso que eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas quando a CPI foi lá não estava em greve não.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Deputado, a gente vai apurar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É esse o receio que eu tenho, porque, para lutar contra crime organizado, nós precisamos da vontade de todas as instituições. Eu tenho dito que ninguém pode esconder um bandido atrás da palavra colega. E isso nós falamos agora, nesta semana, na OAB, sobre os



advogados, aqueles. Nós falamos isso junto com o Judiciário. Nós falamos isso com o Ministério Público e falamos para a Receita. Quer dizer, nós não podemos acobertar... sempre partir do princípio que “não, está tudo certo e tal”.

O que eu vejo é o seguinte: se o diretor de segurança dos portos do Brasil chega aqui e diz: *“Olha, não tem scanner em porto nenhum funcionando”*. Essa direção de segurança dos portos não é uma rede privada nem nada, é um departamento do Ministério da Justiça, deve conhecer essa direção. Ele disse: *“Olha, não tem scanner funcionando”*. O senhor veio aqui e diz que há 10 funcionando. Esse de Uruguaiana, agora, diz que está funcionando, só não está sendo usado. Quer dizer, o senhor no primeiro momento disse: *“Não acredito que ele está funcionando e não está sendo usado. Eu não posso acreditar nisso”*. No segundo momento, o senhor disse que já se lembra que tem uma greve lá e, em razão disso, pode ser que não esteja funcionando. É com isso que eu acho que nós temos que parar. Também não me interessam as desculpas do que não funcionou. Eu acho que nós temos que partir para o que nós temos que fazer. Em fronteiras como Uruguaiana e Foz do Iguaçu, nós temos que ter um sistema de controle mais aprimorado do que nós temos hoje. Temos que investir nisso. Se precisar da nossa ajuda, nós estamos à disposição da Receita, inclusive para falar aqui com lideranças da Casa para colocar. Se isso é para prevenir tráficos de armas, tudo o mais... Eu não estou aqui para criticar só. Eu quero buscar soluções. Soluções que existem são as seguintes. Eu quero que a Receita me mande o que ela precisa de orçamento para poder fazer uma fiscalização efetiva em portos, aeroportos e fronteiras secas. É isso que eu preciso. Eu preciso de um levantamento de custo disso para a gente falar com o Governo, o Relator botar no relatório: *“Olha, é preciso isso para fazer uma fiscalização efetiva”*, para não ficar naquele negócio do faz-de-conta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Permite-me, Presidente? Dr. Ronaldo, nós gostaríamos, Dr. Ronaldo... isso que o Presidente colocou. O que seria o ideal? Nem que a gente não consiga. É possível ter um sistema muito mais eficiente se nós investirmos em tal equipamento, se nós tivéssemos tal, se nos derem mais pessoal, se nós... Entendeu? Nós queremos o seguinte: se fosse assim, nós teríamos condições. Isso não é uma crítica à Receita, ao Secretário atual, a ninguém.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E ninguém fique com medo de perder o cargo também.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nós queremos saber o seguinte. É possível que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem de ser um negócio para a gente tentar arrumar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quer dizer, queremos mostrar para a sociedade brasileira, mostrar para esta Casa, mostrar para as autoridades que se houver uma determinação efetiva, se forem feitos os investimentos necessários, se forem dadas as condições plenas, as atribuições de trabalho aos servidores, é possível fazer. O que não dá é constatarmos que há um verdadeiro exército paralelo funcionando dentro do Brasil — arma, munição, arma de uso restrito, míssil. Isso por alguma fronteira entrou e nós não conseguimos detectar e não conseguimos apontar mecanismos para chegar à seguinte conclusão: Olha, no Brasil há uma fronteira imensa, fronteira seca de milhares de quilômetros quadrados, uma fronteira... Não tem o que se fazer, não adianta, isso aqui é uma peneira. Essa pode ser uma constatação. Queremos saber se é possível mudar essa situação. Eu acho que é. E nós queremos ajudar a Receita Federal, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, todo mundo que trabalha na área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quero dizer ao senhor... o senhor não precisa ficar na defensiva, porque ninguém aqui quer atacá-lo, até porque meu pai é auditor da Receita Federal. Meu pai é um auditor aposentado da Receita Federal. Então, eu não tenho o menor interesse em desprestigiar o órgão, em menosprezar o órgão; pelo contrário, eu quero saber o que podemos fazer. Eu sei do acúmulo de trabalho que vocês têm e do que vocês precisam. Ontem mesmo mostrou que a Receita precisava de 30 mil componentes, onde tem 3 mil. Então, essas coisas, eu acho que... Nós queremos ter a Receita bem equipada, porque se as instituições estiverem preparadas para o crime organizado, a sociedade não precisa temer o crime organizado. Agora, se as instituições estiverem despreparadas...

O SR. RONALD LÁZARO MEDINA - Se nós acharmos que está tudo bom, não vai acontecer nada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, o que... Veja a CPI como um aliado, que é isso que vamos ser. De tudo o que aconteceu para trás não adianta ficar rebuscando, nem criticando o Governo e tal. Se se vai criticar o Governo, vai criticar um monte de governos aí que têm problemas. O nosso propósito não é esse. O nosso propósito é buscar a solução. Não adianta fazer discurso bonito, metendo pau em todo o mundo, porque está tudo errado, não adianta. A CPI tem como propósito buscar soluções. Por isso, fomos ao Judiciário, pedimos uma vara especializada em combate ao crime organizado. Lá o Conselho Nacional de Justiça aprovou isso. Essa é uma das soluções. Não adianta dizer: *“Ah, os juízes não julgaram, o juiz deixou o Marcola livre, não sei o quê”*. Não adianta nada disso. Nós temos de ver como não deixar para o futuro que o crime organizado possa ficar com tanta tranquilidade. Neste propósito é que gostaria de ter da Receita um plano de como ela poderia executar, de maneira — ideal, não; nós não vamos conseguir nunca... mas pelo menos de maneira mais digna o seu trabalho.

Eu tenho uma questão que foge um pouco dos contêineres. Nós estivemos na Ordem... Tem divergências lá, mas nós colocamos que o crime organizado usa o dinheiro do crime para pagar honorários, não só para advogado, para pagar médico particular, para pagar engenheiro, para pagar advogado, para pagar um monte de coisas que teoricamente são atividades lícitas e são pagas com dinheiro ilícito. O que os advogados disseram: *“Mas por que vocês não se unem à Receita, ao COAF e a tudo o mais e não tiram o dinheiro do crime organizado”*? O que quero saber é o que podemos fazer. Nós já vimos nos contêineres e tudo mais, é uma questão de verba para vocês poderem comprar mais *scanners*, para poder equipar melhor a Receita nos portos e aeroportos. Então vamos ver que verba é essa e vamos começar a trabalhar isso no Orçamento da União.

Agora, na questão do crime organizado, como podemos tirar o dinheiro, por exemplo, do PCC, que usa um bocado de laranjas e tudo mais? A advogada veio aqui, com a maior cara-de-pau, e disse que é a tia do Marcola que paga o seu honorário, é a tia. Só que o Marcola tem 19 advogados; deve ter 19 tias para pagar para ele, não é? Porque não tem outro sentido, o cara está preso, não tem renda nenhuma e está pagando honorário de advogado. E ainda diz com a maior cara dura: *“Ah, a tia dele é ambulante. Paga 2 mil para o advogado”*. Um ambulante deve estar ganhando bem pra caramba, como ambulante, viu?



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Trazendo produto do Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então eles estão fazendo piada com as instituições, a verdade é essa. E o que nós podemos fazer, por exemplo, o Marcola, e todos ao redor dele, para a gente confiscar dinheiro, confiscar bens, confiscar tudo. O que é que dá para fazer nisso?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - É, Deputado, em primeiro lugar, eu acho o seguinte: não tem nada em termos de organização pública, de serviço público, que não possa ser melhorado, até porque a tecnologia evolui, o conhecimento das situações modifica, há novos desafios, há problemas crescentes no mundo todo que devem ser enfrentados, e isso, evidentemente, coloca a administração pública sempre na condição de modificar, de buscar novos arranjos, novas formas de abordar os problemas que ela deve abordar. Evidentemente, e esse está dentro do planejamento da Receita Federal, a aquisição de novos equipamentos e a obrigação, por parte das instalações portuárias e aeroportuárias, de disponibilizar os equipamentos necessários à realização de um trabalho adequado, um trabalho eficiente na área aduaneira. Não obstante, eu não tenho a menor dúvida de que, dadas às características geográficas do Brasil, ainda vai continuar existindo contrabando de armas da maneira que já acontece hoje. Muito desse movimento não se apresenta, ele não passa num porto organizado, em um aeroporto, ele não passa em uma fronteira alfandegária. Ele passa clandestinamente. Ele vem por pequenas aeronaves, não é? Ele passa em pontos da fronteira terrestre que não são alfandegados, não são autorizados. E é claro que se você concentra suas forças, suas energias num ponto, nos postos e aeroportos, mais razão para que os bandidos saltem, passem ao largo. Então, é... Nós temos que ter uma visão. Uma parte do trabalho é feito no porto, no aeroporto; outra parte tem que ser feita necessariamente em zona secundária, não é? E é um trabalho não só de vigilância e repressão no interior do País que nós temos procurado desenvolver dentro da Receita Federal, com as limitações que são normais, dentro da administração pública, mas também um trabalho de articulação, cooperação entre as diversas autoridades que tratam, que estão envolvidas nessa questão, especialmente as polícias. Então eu digo o seguinte: esse é um trabalho de organização, de inteligência que envolve muito mais do que equipamentos. Isso envolve inteligência, envolve organização, cooperação entre as entidades. Mais



equipamentos ajudam a Receita Federal não só no combate ao tráfico de armas, mas no combate ao tráfico de drogas, pirataria e contrabando, descaminhos correntes. Nós não estamos abrindo mão disso. Pelo contrário, no nosso planejamento isso está incluído. Agora, nós temos consciência de que só gastar mais dinheiro nisso não vai resolver o problema, ou seja, a administração pública tem que, cada vez mais, buscar organização, cooperação, articulação com as outras instituições da sociedade, inclusive as instituições privadas. Ou seja, a luta contra o crime organizado não é uma luta do Estado só, é uma luta da sociedade como um todo. E o Estado é parte desse processo, parte da solução. Nem tudo nós vamos resolver com mais recursos. Recursos ajudam sim, mas não é só isso que vai resolver. Na parte orçamentária, a Receita Federal utiliza os canais institucionais que lhe são próprios, através do próprio Poder Executivo. Nós não temos o poder de apresentar proposta orçamentária para a Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Doutor, por favor, me permite, Dr. Ronaldo. O senhor está numa Casa política, mas o senhor está muito mais político que qualquer um aqui dentro, viu?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Acho que é um elogio isso, não é, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É quase. Para um executivo, nem tanto. Eu esperava que fosse bem mais objetivo. O senhor está divagando muito. O senhor está, daqui a pouco, está na teoria por que que a criminalidade foi para a rua, por que que se criou o crime organizado no Brasil. Não, eu só quero saber duas coisas simples, Dr. Ronaldo, duas coisas bem simples, bem objetivas. Uma: qual é o plano para que a Receita, efetivamente, possa resolver o problema da fiscalização em termos de meios, *scanners* e em termos de pessoal? Que custo isso representa? São vocês que têm que dizer, e o Congresso vai ajudar. O senhor deu uma volta do tamanho de um trem aí. O senhor falou sobre a teoria da criminalidade, falou sobre tudo e não me falou se pode me trazer um plano desse.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Deputado, eu vou submeter...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A outra coisa que eu lhe perguntei foi uma coisa simples: como podemos tirar o dinheiro do crime organizado. Essas são as duas coisas que eu queria ouvir do senhor. Eu fiquei ouvindo, até lhe interrompi, porque, de repente, nós íamos ficar mais de 10 minutos aqui ouvindo



teorias de investigação, teorias de administração, teorias... essas teorias... Eu acho que este é o problema do Brasil, é muita teoria e pouca prática. Nós temos que jogar na prática agora, o que vamos fazer para derrotar o crime organizado. Claro que nós sabemos que há área primária, que há área de fiscalização, onde a pessoa é pega com contrabando, a área secundária. Eu sou Delegado de Polícia Federal, doutor. Eu tive que aprender tudo isso. Agora não preciso saber isso. Eu quero saber... Claro que eu não quero saber o que vocês vão fazer no meio da Amazônia. Lá é o Exército, as Forças Armadas, é a polícia que vai resolver isso. Eu quero saber, na sua área primária, o que vai tornar mais efetivo, porque aí a gente já descarta: não, a área primária do Brasil está bem fiscalizada, ali não entra arma, então só pode entrar por outros cantos. Aí nós vamos com o Exército, a Marinha, a Aeronáutica, a Polícia Federal, a Polícia Estadual e tudo o mais fazer esse resto. Então, vamos tentar ser bem objetivos nisso aí.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Objetivamente, nós temos projetos, planos quantitativos de equipamentos, de recursos humanos necessários para atuar nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, não precisa de mais gente?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Não, não. Veja só. Nós temos projetos para expansão. O País cresce, precisa de mais recursos, nós temos planos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Hoje tem quantos funcionários na Receita Federal?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - A Receita Federal tem em torno de 20 mil servidores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vinte mil servidores. Esses todos na fiscalização?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Não, não. Na área aduaneira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Na fiscalização aduaneira.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Em torno de 5.800 servidores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quantos precisavam para ter um trabalho efetivo?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Eu acho que em torno de 6 mil, 6.500 servidores.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer que com mais 200 servidores o senhor faz um trabalho que é um espetáculo?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Eu acho... No meu estilo, Deputado, eu acho o seguinte, o segredo não está em quantidade, está em qualidade. Então, eu não acho que botar mais gente dentro da repartição vai resolver o problema.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor está com medo de perder o cargo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Era isso que eu ia perguntar, se ele é de carreira ou o cargo que ele ocupa é comissionado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele é auditor da Receita, só que o cargo em que ele está é um cargo de confiança.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - É um cargo de confiança. Está explicado então.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Deputado, se eu disser para o senhor que não tenho medo de perder o cargo, que meu cargo já foi oferecido há muito tempo, o senhor não vai acreditar, então...

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Mas não há razão para perder o cargo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu não consigo acreditar no senhor dizendo que tem 5.800 funcionários e que com mais 200 o senhor resolve o problema da fiscalização no Brasil.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, uma curiosidade: o senhor é auditor da Fazenda, auditor de carreira da Fazenda?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor está há quanto tempo na coordenadoria?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Cinco anos, 4 anos e meio como coordenador-geral.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor já veio do Governo anterior e se manteve?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Sim.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Agora já percebi. O cara com uma habilidade dessas vai ficar 100 anos. *(Risos.)*

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Daqui a pouco ele vai dizer que tem muito; que se saírem uns 300 vai melhorar o negócio.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Pedro Malan, o Palocci, o Mantega, todos...

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Quantidade não é qualidade.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Dr. Ronaldo, me diga só uma coisa então. O senhor falou inicialmente que é feito por amostragem etc. etc. Essa amostragem, os contêineres que passam contendo armas já causam um grande desgaste e uma desgraça no nosso País. Agora a minha pergunta é a seguinte: o senhor falou em navios de risco. Eu queria saber quais são os critérios que vocês usam para fazer essas abordagens. Quais os critérios? O que é um navio de risco?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Primeiro, um navio de que nós temos ocorrência de carga não manifestada num passado; segundo, navios que outros portos, outras aduanas já tenham apontado ocorrências semelhantes.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Só isso?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Basicamente. Navio de risco é isso.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - A origem não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nós chamamos a assumir a Presidência o Deputado Luiz Couto.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Aí não é o navio, é o porto de procedência, para nós também é um critério de avaliação de risco o porto de procedência. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - A sessão está suspensa por 5 minutos, não é?

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Reiniciamos a sessão.

Dr. Ronaldo, na vinda do Dr. Mauro Esposito, eles trouxeram que, pelo Brasil, há 3 grandes rotas que vêm causando grandes danos ao nosso País. A primeira é a rota que sai de Roterdã, vai ao Suriname, passa pelo Brasil e chega ao destino, que é a Colômbia. Ou seja, é uma área que não tem qualquer tipo de fiscalização. De



vez em quando tem a operação da Polícia Federal, mas a ausência do Estado ali parece ser uma constante. Apenas em alguns pontos há a presença do Exército, que não tem atribuições para esse fim. Há, da parte da Receita, alguma operação no sentido de enfrentar essa primeira rota?

A segunda rota é a que vem do Panamá, sai do Panamá, passa por dentro do território brasileiro, vai ao Paraguai, e do Paraguai vai para a Colômbia. A Colômbia sempre é o destino, ou seja, mais uma rota. E a terceira, a que sai da China, passa por dentro do território brasileiro, vai para o Paraguai, e do Paraguai à Colômbia. Como a Receita... É claro que, sozinha, ela não pode enfrentar, tem que ter a Polícia Federal, tem que ter outras forças. Mas ontem, em depoimento aqui prestado pelo representante dos servidores técnicos da Receita e também pelo Presidente da Federação dos Policiais Federais, eles afirmaram, com todas as letras, que carga do Paraguai que vem de outros países não há qualquer tipo de controle, de fiscalização. Segundo, há uma área num porto do Paraná, onde o Paraguai tem uma área, que nenhum órgão do Governo brasileiro pode entrar. Ou seja, sai lá um contêiner que pode chegar no Paraguai vazio e a carga fica toda no Brasil. Ou seja, o que fazer para enfrentar essa questão? A outra, depois o senhor responde.

O senhor falou da tecnologia associada à inteligência. Além da inteligência para identificar os tipos de crimes, há também a chamada inteligência financeira, que é investigar enriquecimento ilícito, ou seja, pessoas que, de uma hora para outra, enriquecem; como dizem no Nordeste, não têm nem uma cachorrinha para puxar quando chegaram, mas de uma hora para outra têm um patrimônio. O que a Receita Federal tem feito no sentido de investigar esses enriquecimentos? A questão de hoje é que hoje nós temos muito mais tráfico de munições do que de armas, ou seja, a arma pode ser mais difícil de ser identificada, mas a munição que vem, ela passa através de carro-baú. Um outro aspecto que chama atenção é que hoje, por exemplo, em Foz do Iguaçu, enquanto a Aduana está lá fazendo a investigação, eles passam por diversas regiões, o lago, e depois passam... Aí tem a convivência de algumas pessoas do lado brasileiro, onde essas cargas são colocadas em aviões e chegam ao seu destino. Ou seja, são realidades que existem e aí não há como fazer um controle disso se não houver um trabalho articulado com a Receita Federal, a Polícia Federal e as outras forças de segurança. Eu queria que o senhor comentasse sobre isso aí.



O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Perfeitamente. Então vamos lá. Com relação a essas rotas — rota Roterdã, Suriname, Colômbia —, a Região Norte é uma região sabidamente rarefeita economicamente e demograficamente. O Estado tem uma presença também rarefeita nessa região. A Receita Federal tem alguns pontos de fronteira alfandegados onde ela admite o comércio regular e faz a sua fiscalização aduaneira. O que é bem sabido é que normalmente esses casos não passam pelo comércio regular, usam rios, usam aeronaves, ou seja, sobrepassam os controles do Estado. É uma região extremamente extensa. As dificuldades de controle são notórias. Então, eu diria o seguinte: não é possível pensar num controle de barreira fronteiriça clássico numa área tão extensa, tão permeável quanto a região amazônica, especialmente permeável pelos rios. Então, vimos, ao longo dos anos, estruturando principalmente barreiras internas. Um exemplo disso é a chamada Base Candiru, operada com a Polícia Federal, a Receita, o IBAMA, a Fazenda Estadual do Pará; uma base flutuante no Rio Amazonas, numa área de estreitamento do Rio Amazonas, entre, digamos, o oeste e Manaus, na rota para Manaus. Essa é uma área onde temos feito muitas apreensões de mercadorias ilícitas, especialmente drogas. Nesse caso, a região amazônica é um desafio sob qualquer ponto de vista. Entendemos o seguinte, que a questão... ou seja, colocar mais pontos na fronteira vai melhorar o controle. Esse tipo de crime, ele sobrepassa a fronteira, ele salta por cima dos controles do Estado. O Estado precisa ter efetivamente... Aí não há alternativa, nós temos que correr atrás do criminoso, nesse caso, efetivamente com informação, com inteligência. E aí eu aproveito até para falar exatamente sobre a questão da inteligência financeira. É fundamental isso, quer dizer, a Receita hoje tem informações que não tinha no passado. A CPMF é uma fonte de informações sobre movimentação financeira que tem se revelado, ao longo dos últimos anos, um grande instrumento para detecção de casos, desses inclusive que envolvem enriquecimento ilícito, ou seja, manifestação financeira do crime organizado, seja com relação à matéria de tráfico de armas ou tráfico de entorpecentes. Então, isso tem sido utilizado. Vocês freqüentemente vêm na televisão as operações da Receita Federal, que vai exatamente em cima desses indicadores e assim também como indicadores de consumo. Nós estamos aí, neste ano, em operação com as pessoas que gastam somas substanciais em cartões de crédito e não têm declaração de renda correspondente. São centenas, até milhares



de pessoas, no Brasil, que estão sendo investigadas pela Receita Federal. Então, de alguma maneira a Receita atinge isso. Não é com o foco do crime, isso é importante. Quando a Receita destaca uma situação em que ela, na investigação fiscal, tem indícios de que a matéria também tem uma repercussão criminal, seja narcotráfico, tráfico de armas, corrupção, enfim, qualquer atividade, nós fazemos a representação para os órgãos competentes, para o COAF, no caso de lavagem de dinheiro, para a Polícia Federal, nos crimes da alçada da Polícia Federal, enfim. Quer dizer, então há uma conexão quando a gente vê uma situação de crime, a gente faz a comunicação para as autoridades competentes. Então, na verdade existe dentro do Brasil e da Receita Federal, em particular, uma área de inteligência financeira que tem utilizado as informações que nós recebemos não só na parte de movimentação bancária mas também em muitas outras que revelam o enriquecimento das pessoas como elemento para a investigação fiscal e que se desdobra, em muitos casos, em uma investigação criminal. Há que se aperfeiçoar sempre. Essa tem sido uma tendência moderna dos Fiscos. E o Brasil, nesse caso, eu diria até que é pioneiro no mundo pela qualidade e detalhamento das informações que nós temos no Brasil na matéria de movimentação financeira. Volto a falar de rotas. A rota Panamá por dentro do território brasileiro que segue pela Colômbia, ou seja, em trânsito, através do Paraguai, há uma informação um tanto equivocada de que a Receita Federal não fiscaliza trânsitos entre o Porto de Paranaguá e o Paraguai. No Porto de Paranaguá, existe uma instalação portuária do Paraguai, por força de um acordo internacional, que é chamado Porto Franco de Paranaguá, ou seja, uma instalação sob jurisdição do Paraguai. A Receita Federal, em todas as situações em que houve desconfiança, indícios de irregularidade com relação às mercadorias, ela entrou no Porto Franco e apreendeu mercadorias. Ainda.... Nós evitamos essa situação, porque é uma situação um tanto, digamos, constrangedora, mas quando a mercadoria sai em trânsito, o trânsito é uma concessão do Brasil, e ela é, pode ser fiscalizada. Muitas das cargas... Nós temos um alto índice de conferência de cargas, de trânsito no Paraguai. Podemos afirmar que se estão entrando cargas ilícitas no Paraguai a grande problemática não é de cargas que entram por Paranaguá e sim pelo Porto de Montevideu e Buenos Aires. Antigamente, a grande rota era o Brasil, sim. Agora, há muitos anos, as rotas de trânsito saíram de Paranaguá, que seria o porto mais barato e a rota mais curta para o Paraguai, e foram para portos distantes. Isso



demonstra claramente que não é fácil entrar com mercadoria ilícita no Brasil. Se fosse, não estariam preferindo os Portos de Montevidéu e de Buenos Aires, continuariam operando em Paranaguá. Em Santos, praticamente o Paraguai não faz mais trânsito, porque o nível de conferência física que nós submetemos é praticamente de 50%. Então, ou seja, se há mercadoria ilícita transitando para o Paraguai, não é através do Brasil. A grande — quer dizer, pelas medidas que nós tomamos nos últimos anos, está certo? —, a rota por dentro do Brasil é uma rota segura sob o nosso ponto de vista. Podem haver outras rotas, como eu disse, especialmente por Montevidéu, pelo Porto de Montevidéu, pelo porto de Buenos Aires e por Iquique, no Chile, que cresceram tremendamente nos últimos anos, praticamente substituíram a rota brasileira.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Doutor, o senhor lembra daquele episódio, não muito tempo atrás, da entrada pelo Chuí de carretas e carretas de contrabando e descaminho, que se dirigiam a São Paulo, entrando tudo pelo Porto de Montevidéu?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Era um volume fantástico de mercadoria.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Com uma quadrilha organizada, com vários servidores públicos envolvidos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Envolvia servidores públicos de vários órgãos.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Muitos servidores, de vários órgãos, todos presos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Lá envolvia Polícia Federal, Receita Federal, ICN.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Exatamente, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eles construíram um caminho em que vinham de Chuí até São Paulo sem que ninguém atacasse.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Exatamente. É por isso que eu digo que sem a inteligência não fazemos nada. Por quê? Porque nós estamos tratando com o crime organizado, o crime organizado, inclusive, para corromper, e tem uma grande força de corrupção. Então, os esquemas rotineiros, as rotas sustentáveis de



comércio ilícito têm por trás sempre corrupção de autoridades, autoridades portuárias, autoridades fazendárias, autoridades policiais, enfim, qualquer tipo, qualquer uma delas. Essa tem sido a realidade dos casos. Um caso eventual, em que um cidadão é pego carregando 2, 3 armas, isso não envolve corrupção. Mas os casos que nós tivemos, a exemplo do que o senhor falou, em Chuí, há sempre... No Paraguai, no ano passado, o desmonte daquela quadrilha de Eldorado, mais de 400 carretas envolvidas num contrabando vindo do Paraguai, das mais diversas mercadorias, a família Balan, de Eldorado, o senhor deve ter se recordado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu acompanhei.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - O senhor acompanhou o caso, a quantidade de servidores públicos envolvidos naquilo. Felizmente, da Receita Federal, nesse caso, ninguém foi detectado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Agora teve no Amapá um de novo, que tinha gente da Receita envolvida.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Exatamente. Então, Deputado, é por isso que eu digo: sem inteligência, nós não vencemos o crime organizado. Você pode ter o melhor *scanner* do mundo, pode ter o maior contingente do mundo mas, sem inteligência, inclusive para prevenir e detectar casos de desvio de conduta internamente, você não vence a corrupção, não vence o crime organizado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Dr. Ronaldo, não seria o caso de ter uma inteligência mais aprimorada, que envolvesse Polícia Federal, Receita Federal, inteligência das Polícias Estaduais. Eu tenho trabalhado já nesse tema há alguns anos. Fui Presidente da CPI de Combate ao Crime Organizado no Estado, sempre fui da Comissão de Segurança. Percebo uma dificuldade de trabalho conjunto por parte das instituições; mesmo dentro das próprias instituições, a dificuldade que nós temos, às vezes, em disponibilizar uma informação. Conversando aqui com o senhor, eu, por exemplo, quando comecei esta CPI, eu tinha uma opinião sobre o problema que é totalmente diferente da que eu tenho hoje. Por exemplo, eu nunca tinha percebido que a logística de fornecimento de munição é mais complexa e talvez, nesse momento, mais importante do que a própria arma, porque ela é regular.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Exatamente.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, nós temos uma logística hoje de fornecimento de armas, mas de munição, que é uma coisa impressionante. Um dia um indivíduo aqui sentado nessa mesa me disse assim: *"Mil rifles e uma bala fazem infinitamente menos estrago do que um rifle e mil balas"*. E as nossas instituições custam, às vezes, a detectar essas mudanças da ação do crime. Mesmo essa afirmação que o senhor fez agora foi muito importante, porque nós temos autoridades que não aceitam essa idéia do crime organizado como um fenômeno recente, novo, que exige, inclusive, uma mudança...

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Do Estado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...do Estado.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - De organização do Estado, com certeza.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - De organização do Estado. Uma coisa é o contrabandista, é o descaminho.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Certamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Outra coisa é o crime regular, onde a corrupção do Estado é obrigatória, pela própria regularidade da incidência.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Certamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas hoje, por exemplo, vocês vão ter dificuldade até de tipificar. Como se vai tipificar de forma diferenciada uma apreensão que envolve crime organizado ou que envolve... Não tem como, correto?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - É muito complicado, muito complexo; muito complexo, efetivamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - As ferramentas que nós temos de controle são muito rudimentares, digamos assim, para essa...

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Outros países, por exemplo, criaram legislações específicas de combate ao crime organizado, que estabeleceram, inclusive, para a Receita, para a polícia prerrogativas específicas no enfrentamento.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Hã, hã.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Hoje, por exemplo, o Presidente Moroni perguntou para o senhor a questão do confisco do patrimônio, dos bens dos... Eu sei que a sua área é uma área aduaneira.



O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas isso também é um tema que, nós percebemos, há uma dificuldade do Estado em desconstituir essa estrutura, essa organização, esse poderio. Essa legislação sobre lavagem de dinheiro, agora — o senhor tem acompanhado esse debate —, ela permitiu uma espécie de inversão do ônus da prova sobre a origem do...

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Dos recursos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA -... dos recursos. Vocês têm utilizado esse instrumento?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Essa legislação é basicamente na esfera criminal. A Receita Federal, nesse aspecto, ela se limita a fazer a parte administrativa, ou seja, a informar, relatar às autoridades competentes, no caso de lavagem de dinheiro, especialmente ao COAF, situações indiciárias de crime de lavagem de dinheiro. O COAF, nesse caso, aciona a Polícia Federal, aciona muitas vezes o Banco Central para concluir a investigação e estabelecer o procedimento criminal. Então, a Receita trabalha basicamente na esfera administrativa. Nós não fazemos o inquérito para fins criminais.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Uma pergunta, o senhor me desculpa interrompê-lo: está resolvido o problema do porte de arma dos auditores e dos técnicos em serviço?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Que eu saiba... A parte do porte para defesa pessoal, sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas em operação, em trabalho?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Não, não. Isso não. Ou seja...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O que falta para isso?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Teria de ter uma previsão legal de porte de arma para o... ou seja, institucional, para fins do serviço, porque hoje é porte para defesa pessoal. Eu não posso, numa operação, sacar minha arma e ameaçar, prender uma pessoa apontando uma arma. Eu estaria usando-a não como forma de defesa e, sim, como uma maneira...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Uma operação da Receita, hoje, o auditor ou o técnico pode ir armado?



O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Pode ir armado, mas não pode apontar a arma numa situação que a polícia faria.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não pode de maneira ostensiva?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Exatamente. Ela pode portar arma para sua defesa exclusivamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Hoje já está regulamentado?

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Não. A lei estabelece, é um direito de proteção armada do servidor, tanto do técnico, como do auditor. Não é isso?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O que eu tenho ouvido, tanto da parte de um como de outro, é que faltam ainda alguns procedimentos.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Sim. O que nós não temos na Receita — aí é uma coisa que, na verdade, estamos analisando a questão — é o seguinte: situação em que a lei garante o direito de porte de arma ao servidor para sua defesa pessoal. A questão é: o porte de arma nas operações. Quer dizer, a Receita Federal não tem regulamentado essa questão do porte de arma. O que nós orientamos os servidores é exatamente, a arma é exclusivamente para defesa pessoal, não pode ser apontada, a pessoa não pode levantar uma arma para prender uma pessoa, ela estaria fora desse uso. E, nas operações de repressão, via pública, a orientação é a proteção policial. Quer dizer, essa ação ostensiva, essa ação de mandato deve ser feita necessariamente com a autoridade policial que deve acompanhar a operação. Perfeito? Então, do ponto de vista legal, entendemos que a Receita não teria que legislar nada sobre essa matéria.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Dr. Ronaldo, eu quero agradecer aqui a sua participação. De minha parte, como Relator, acho que, em que pese uma eventual brincadeira minha aqui com o senhor sobre a sua habilidade, foi bastante esclarecedora e proveitosa. Nós estamos abrindo aqui uma possibilidade boa para a Receita.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Certamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Enviem uma sugestão de investimentos, de procedimentos, o que gostariam que pudesse ser aprimorado...

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA -... de modo a fazer com que o nível de eficiência no trabalho possa ser maior.



O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Certo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu me coloco à disposição para incluir isso no relatório, na medida que vocês também tiverem a disposição de sugerir para nós algumas propostas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Dr. Ronaldo, nós agradecemos a sua presença. E fale para o Dr. Rachid que ele tem aliados aqui para fazer um trabalho melhor ainda. O que nós queremos é um trabalho de fiscalização melhor. Nós não queremos aqui simplesmente criticar. Acho que a Receita está com muitas deficiências nessa área aduaneira. Estamos com muitas deficiências e precisamos melhorar muito. Em termos de pessoal — talvez o senhor não possa dizer, mas eu posso —, eu acho que, em vez de 5 mil, tinha que ter 20 mil para fazer essa área aduaneira. Acho que, em termos de *scanner*, nós temos que ter em toda essa área aduaneira esses *scanners*. Então, eu quero um projeto nesse sentido, para que possamos atuar melhor.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - O projeto existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu agradeço, então, e peço também um projeto da Receita de como nós podemos cercar o dinheiro do crime organizado. Eu queria ter algumas sugestões nesse sentido.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Perfeitamente, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado por sua presença aqui.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA - Mais uma vez, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Requerimento nº 241/06, do Deputado Neucimar Fraga, que *"solicita seja pedida a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal nos anos de 2005 e 2006 da Instituição denominada Nova Ordem do Brasil"*.

Essa Nova Ordem do Brasil é justamente aquela organização na qual nós temos várias pessoas na direção que responderam a processo.

Então, eu o coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*



Quero também colocar em votação a autorização para que o grupo de diligência que vai a Presidente Bernardes amanhã possa deliberar sobre qualquer diligência complementar ou sobre o caráter reservado ou secreto de qualquer uma das reuniões que lá faremos.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados, então, os amplos poderes para o grupo de diligência.

Aquilo que for votado no grupo de diligência será feito em Presidente Bernardes.

Quero dizer que, a princípio, penso em fazer uma reunião privada em Presidente Bernardes, não fazer ao vivo, de forma nenhuma, e nem que toda a reunião seja filmada pela imprensa, ou coisa assim, para que não vá nenhum recado do Marcola para outras instituições prisionais. Se fosse uma sessão ao vivo, ele poderia usar esse meio de comunicação para mandar recados para várias instituições prisionais.

Não será uma sessão reservada em que deverá ser mantido o sigilo. A menos que lá, durante a sessão, se vote um pedido para ser reservada.

Então, a sessão é privada, sem a presença da imprensa, a imprensa vai poder fazer uns *flashes* no início. Será sem a presença da imprensa, mas não reservada. Não terá o caráter sigiloso.

Coloco em discussão essa proposta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Presidente, só para....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vote, depois eu falo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Pois não, Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nós já temos as informações, por exemplo, técnicas de como que vai ser lá o local, o ambiente?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Temos as informações de que é um local que comporta todo mundo. Mas nós teremos tempo, eu acho, até para...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É no parlatório? O que é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não sei. Eu acho que é bom o Secretário, Dr. Manoel... Eu pediria...Tem que ser uma sala adequada para oitiva. Então, nós temos que cuidar pra não ser uma sala que só caiba 9, ou só caiba 8, ou coisa parecida. Então, tem que ser uma sala adequada para oitiva, mas que preserve também todas as características de segurança.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu quero saber, por exemplo, quanto ao depoente, se foram tomadas as medidas, precauções, por exemplo, para que nós cheguemos lá e ele não alegue que está sem advogado, que possa, de alguma forma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, podemos ver, inclusive, com as autoridades do local...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nesses procedimentos não é para ter um defensor que possa ser designado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ... com as autoridades do local. E, de qualquer forma, deixar um advogado de sobreaviso se precisar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Um defensor, um advogado de sobreaviso para que não haja nenhum tipo de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - De alegação para que não seja ouvido.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...de alegação de falta de prerrogativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem razão V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A Dra. Maria Cristina está nos esperando já faz uns 3 dias lá.

(Não identificado) - Ela está ligando?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

(Não identificado) - Acabou de me ligar. Falou que vai ligar hoje à tarde para saber o horário.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A Dra. Maria Cristina já ligou para saber o horário em que nós vamos chegar e tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas, de qualquer forma, acho que é uma boa idéia entrar com as autoridades e deixar alguém de sobreaviso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Presidente, queria aproveitar aqui, como Relator.

Foi encaminhado a V.Exa., mas como V.Exa. é Delegado da Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vai parecer que é elogio em causa própria.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...vai parecer que é elogio em causa própria. Evidentemente que, no final dos trabalhos da CPI, nós vamos encaminhar não só para a nossa Casa aqui o trabalho desenvolvido pelo Manoel e por toda a nossa equipe, mas, especialmente, pelos nossos amigos que representam aqui a Polícia Federal, uma menção de reconhecimento a todo o trabalho por eles desenvolvido. Mas eu acho que cabe, Sr. Presidente, fazer aqui o registro ao Delegado José Antonio Dornelles de Oliveira, ao Delegado Orlando Rincon Júnior, ao agente da Polícia Federal Haroldo Monteiro de Castro e ao escrivão da Polícia Federal Luciano Clavé Gomes, que entregaram um trabalho muito bem elaborado de análise das quebras de sigilo telefônico deliberadas pela CPI. São profissionais que já estão há vários meses aqui em Brasília, longe da sua família, às vezes em dificuldades. Eu acho que V.Exa., como Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sem dúvida nenhuma, vamos agregar esse seu elogio à equipe da Polícia Federal e vamos também mandar aí por escrito...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Acho que, ao final dos trabalhos, nós devemos fazer uma... para botar na ficha de cada um deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ... um elogio para que seja colocado em cada ficha administrativa. E, ao Dr. Paulo Lacerda, um agradecimento por ter cedido essa equipe, que tem feito um trabalho brilhante na CPI.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a sessão.